

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL E
DESAFIOS DE SUA CONQUISTA**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

MARCELO ZANINI

EM: 20/02/04


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA
Fevereiro, 2004

MARCELO ZANINI

**OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA VISUAL E
DESAFIOS DE SUA CONQUISTA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social,
Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico,
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Prof. Heloisa Maria José de Oliveira.

FLORIANÓPLOIS
2004

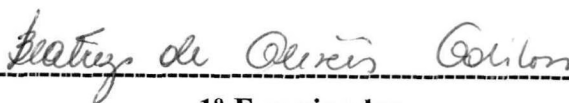
MARCELO ZANINI

**OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA VISUAL E
DESAFIOS DE SUA CONQUISTA**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel no Curso de Serviço Social , do Departamento de Serviço Social , do Centro
Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.**



Orientador



1º Examinador



2º Examinador

FLORIANÓPOLIS, fevereiro, 2004.

**“A coisa principal
na vida não é o
conhecimento,
mas o uso que
dele se faz.”**

(Do Talmude. Seleção de Theodore M. R. Von Keller)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, à Jesus por todas as condições de poder estar na caminhada da vida com saúde, paz e alegria;

Depois à minha família, em especial minha esposa e meus filhos, que me deram carinho e compreensão em todos os momentos, amo vocês!;

Aos meus pais e, meu irmão em quem sempre pude confiar;

A todos os meus familiares e amigos;

À professora Heloisa Maria José de Oliveira, pela dedicação e orientação, indispensáveis para a realização desse trabalho;

À Assistente Social Beatriz de Oliveira Odilon do departamento de Serviço Social da Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC, pelas orientações, contribuições e, por aceitar compor a banca de avaliação;

À Assistente Social Maria Antônia Carione Carsten, do departamento de Serviço Social da Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC, por aceitar compor a banca de avaliação;

À Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC, instituição que visa a inclusão social da ppdv ;

A todas(os) colegas da faculdade em que trabalhamos juntos nestes últimos quatro anos;

A todos os professores do curso de Serviço Social que compartilharam seus saberes;

E especialmente à todas as pessoas portadoras de deficiência visual, que contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO:

LISTA DE SIGLAS.....06

INTRODUÇÃO.....07

CAPITULO I – OS DIREITOS SOCIAIS E A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.....09

1.1 Os direitos sociais e o Estado de Direitos.....09

1.2 A cidadania da pessoa portadora de deficiência: história e desafios atuais à concretização de seus direitos sociais.....15

1.3. Marco legal da pessoa portadora de deficiência nos níveis Federal, Estadual e Municipal.....21

CAPITULO II – A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL NA ACIC E O DESAFIO DA CONQUISTA DE SEUS DIREITOS SOCIAIS.....27

2.1 A pessoa portadora de deficiência visual na ACIC.....27

2.2 A pessoa portadora de deficiência visual e a vivência de seus direitos sociais.....30

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....42

REFERÊNCIAS.....47

APÉNDICE.....52

ANEXOS.....54

LISTA DE SIGLAS

ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego.

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

DENATRAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito.

DSS – Departamento de Serviço Social

FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial.

NETA - Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social.

PPDV – Pessoa Portadora de Deficiência Visual.

SEDH – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

SICORDE – Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO:

Meu interesse referente aos direitos da pessoa portadora de deficiência visual, surgiu no período em que estive estagiando no Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social (NETA), que é vinculado ao Departamento de Serviço Social – DSS, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. O NETA proporciona a seus estagiários inserção em instituições e organizações que realizam trabalhos voltados à defesa dos direitos dos segmentos sociais abrangidos pela LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, como é o caso das pessoas portadoras de deficiência visual. No decorrer do estágio conheci a ACIC - Associação Catarinense de Integração do Cego, que é uma entidade privada sem fins lucrativos, de âmbito estadual, que realiza ações voltadas a educação, reabilitação, profissionalização e convivência, com objetivo de facilitar ao deficiente visual o pleno exercício da cidadania, ACIC (2003). Foi nessa instituição que desenvolvi meu aprendizado em Serviço Social e onde pude observar, junto a um grupo de pessoas portadoras de deficiência visual, o desejo que possuem de conhecerem seus direitos. Essa constatação motivou a realização deste trabalho.

Busco com este trabalho analisar se a pessoa portadora de deficiência visual em seu contexto atual, nesta conjuntura brasileira, dispõe de leis que defendem seus direitos e se ela usufrui destes direitos, ou se seus direitos são utópicos sendo uma mera formalidade. Da mesma forma, se são cidadãos de direitos ou se ainda vivem à mercê da caridade como em tempos passados. Também busco compreender como a pessoa portadora de deficiência visual exerce sua cidadania, e como este a faz para sua garantia, manutenção e ampliação dos seus direitos.

No primeiro capítulo do trabalho abordo a questão dos direitos e do Estado de direitos, realizo um breve relato histórico e comento sobre algumas das principais leis

referente a pessoa portadora de deficiência. No segundo capítulo, que busca analisar como os portadores de deficiência visual relacionam seus direitos com o cotidiano de suas vidas, falo sobre a ACIC, e apresento os resultados das entrevistas realizadas com um grupo de pessoas portadoras de deficiência.

As entrevistas foram utilizadas para compreender e analisar o tema (os direitos das pessoas portadoras de deficiência visual e desafios de sua conquista), pois foi uma forma de conseguir interagir e conseguir dados dos sujeitos investigados. Analisei registros estatísticos, utilizei documentos pessoais (livros e dissertações), e também coletei dados de meios de comunicação de massa (revistas, jornais e páginas da Internet) para chegar aos resultados que apresento neste trabalho.

Com ele pretendo contribuir para com os profissionais de Serviço Social que trabalham com questões relacionadas à pessoa portadora de deficiência, e também para com a pessoa portadora de deficiência visual, pois retornando para ela o trabalho realizado, seu conhecimento sobre o assunto poderá ser ampliado, ou seja, seus direitos sociais serão melhor compreendidos o que os instrumentalizará mais e melhor para a busca de sua conquista.

CAPITULO I – OS DIREITOS SOCIAIS E A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

1.1 OS DIREITOS E O ESTADO DE DIREITOS.

Ao falarmos de direitos, podemos destacar os direitos da primeira , da segunda, da terceira e da quarta geração. Conforme Bonavides (2000. p. 517):

“Os direitos da primeira geração ou direitos da liberdade têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atribuições da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço mais característico; enfim, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado”.

Os direitos da primeira geração caracterizam-se pelos direitos civis e direitos políticos. Segundo Andrade (1993, p.63) os direitos civis são “[...] direitos necessários à liberdade individual, compreende a liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça”. E, conforme a autora, o direito político “[...] concebido como direito de participação no exercício do poder político, compreende o direito de sufrágio e o de exercer cargos públicos”. Já os direitos da segunda geração, segundo Bonavides (2000, p.518) “são direitos sociais, culturais e econômicos bem como os direitos coletivos ou de coletividade, introduzidos no constitucionalismo das distintas formas de Estado Social...”. Ao falar dos direitos da terceira geração, Bonavides (2000, p.523) refere-se a Karel Vasak, que identificou cinco destes direitos “[...] o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente, o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito de comunicação”. Os direitos de quarta geração são, conforme Bonavides(2000, p.523) “[...] direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo...”. Segundo o autor os direitos da segunda, da terceira e da quarta geração não se interpretam, concretizam-se.

Sociologicamente, segundo Silva (1986, p.352) “[...] os direitos só são realmente reconhecidos quando garantidos por um órgão social”. Podemos afirmar que o órgão social que garante os direitos é o Estado. Segundo Pereira (2001, p.25) “[...] o Estado não é um fenômeno unívoco, isto é, igual ou idêntico em todos os momentos históricos e em todos os contextos socioculturais e, por isso, não expressa um conceito universal e absoluto”. Pereira também afirma que a idéia de dominação é como núcleo ao conceito de Estado, e que (2001, p. 27):

“Para limitar esse poder, a lei foi pensada, desde a Grécia antiga, como instância soberana superior e independente, cuja função disciplinadora e educativa incidiria tanto sobre o Estado quanto sobre as comunidades. Esta concepção da lei até hoje tem servido de referência nas sociedades regidas por Estados de Direito.”

Outro ponto importante debatido por Pereira (2001, p.29), citando Montesquieu, é que: “Foi na era moderna que a noção de Estado de Direito ou de Estado limitado pela lei ganhou relevância. Tanto é que Montesquieu, na sua teoria do Estado, incorporou a idéia inglesa de divisão dos poderes (executivo, legislativo e judiciário) como forma de conter o poder dos governantes”.

Mas o Estado tem conseguido garantir os direitos dos seus cidadãos? Podemos entender que o Estado, conforme Bonavides (1997, p.67) “é a corporação de um povo, assentado num determinado território e dotada de um poder originário de mando”. Realizando uma análise crítica, Faleiros (1980, p.100) aponta as características do Estado que imperaram ao longo da história brasileira:

- a)** o Estado colonial, que excluía a participação do povo e não permitia qualquer espaço político para expressão e a representação dos interesses populares;
- b)** o Estado patrimonial, que perpetuava o modelo autoritário de exclusão das classes subalternas, e no qual a questão social era reprimida e definida como questão policial;

c) o Estado corporativista, que buscou reorganizar as relações com a sociedade, e visou aumentar sua autonomia como poder regulador, ou seja, característica de um governo populista. Segundo Faleiros (1980, p.99):

“O populismo é um movimento de integração controlada das classes subalternas para certos benefícios sociais, mobilizando-as em torno de consignas e imprecisas que apelam aos seus sentimentos e interesses imediatos. Essa mobilização contribui para o esvaziamento das relações de classe, transformando-as em relações pessoais dos indivíduos com o Estado”

Para Vieira (1992, p.11) “[...] a garantia dos direitos e das liberdades fundamentais é o ponto central de qualquer Estado de Direito. Esses direitos e liberdades figuram freqüentemente nas Constituições dos Estados...”. Outro aspecto importante, quando nos referimos ao Estado, é se os direitos inscritos, nas Constituições, e que por ele deveriam ser garantidos, são realmente vivenciados no cotidiano do cidadão. Sobre este assunto, Vieira (1992, p.12) afirma:

“[...] Estado de Direito não se realiza apenas com a garantia jurídico-formal desses direitos e liberdades, expressa em documento solene. Quando a eles, o Estado de Direito determina sua proteção formalizada e institucionalizada na ordem jurídica e, principalmente, reclama a presença de mecanismos sócio-econômicos dirigidos e planejados com a finalidade de atingir a concretização desses direitos. Muitas razões de Estado têm conduzido a contradições entre a simples declaração de liberdades e a sua real efetivação”.

Outro ponto que devemos abordar, é que, quando falamos de Estado de Direito, temos que falar de democracia, pois somente a sociedade democrática tem condições de proteger e de conservar o Estado de Direito. Conforme Vieira (1992, p.13):

“Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo portanto real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição de renda, mas sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões principalmente nas diversas formas de produção”.

Para Pereira (2001, p. 41) o Estado democrático “é um Estado que conviveria com a participação da sociedade nos fóruns de discussão sobre decisões de interesse geral, mas sem abdicar de seu compromisso com o bem-estar dessa sociedade”.

No mundo, na nossa conjuntura contemporânea, as pessoas ainda estão longe de vislumbrar uma sociedade democrática. Segundo Simionato e Nogueira (2001, p.159):

“20% da população controla 80% das riquezas mundiais; do total de 6 bilhões de habitantes do planeta, 2,8 bilhões sobrevivem com US\$ 2 por dia; a população mundial passará de 6 bilhões para 8 bilhões nos próximos 25 anos, indicando um crescimento daqueles que detêm a maior parte da riqueza, mantendo-se a tendência de concentração .”

Podemos observar que, na realidade brasileira, seus cidadãos também não vivenciam a sociedade democrática. Conforme Lahóz (1999, p.136), em sua reportagem para a revista Exame:

“O Brasil tinha, em 1997, nada menos do que 54 milhões de pobres, ou 34% dos habitantes do país. Isso é quase a população da Itália. Desses 54 milhões, cerca de 24 milhões viviam abaixo da linha de indigência, o correspondente a uma Venezuela. Isto quer dizer que consumiam menos do que a Organização Mundial de Saúde considera a quantidade mínima para um ser humano viver bem. Ao mesmo tempo, os 10% mais ricos da população ficam com quase metade de tudo o que é produzido no país, o que coloca o Brasil na posição de líder mundial de desigualdades na maioria das comparações internacionais. A metade mais pobre do país ganha menos do que 1% mais rico.”

Para compreendermos esta realidade descrita por Lahóz (1999), em que o Brasil é líder em desigualdades, analisaremos algumas causas que geram desigualdades. Podemos afirmar que os fatores econômicos, políticos e sociais respondem por grande parte das desigualdades, e tais fatores encontram-se interligados. A economia brasileira segue o sistema econômico mundial, em que o capitalismo vigora. Segundo Mazzeo (1988, p.5):

“O capitalismo, enquanto modo de produção, nasceu a partir do processo de desagregação do feudalismo (com início aproximado em meados do século XIII) no continente europeu, quando situações históricas muito específicas o pressionaram em sua base, isto é, em suas relações de produção, alterando as relações de trabalho servis, desenvolvendo o comércio e a manufatura, ocasionando o cercamento das terras e a expulsão dos camponeses, promovendo o crescimento e o surgimento das cidades”.

Para Dowbor (1991, p.9), “O objetivo explícito de quem maneja capitais num sistema capitalista é tornar-se rico”. Observa-se que no sistema capitalista a riqueza de um

não implica na riqueza de outro(s)¹. A democracia que impera no sistema capitalista é a democracia liberal². Sobre esta assunto Vieira (1992, p.96) afirma:

“[...] a democracia liberal organiza-se com base na igualdade de oportunidades conforme a capacidade de cada indivíduo, não tencionando a igualdade real da sociedade. Esta democracia se assenta no equilíbrio das forças entre governantes e governados no plano político e não plano econômico. A desigualdade no âmbito econômico está na situação desproporcional existente entre os poucos possuidores da capital e os muitos vendedores da força de trabalho, trazendo consigo a dominação de uma classe social sobre a outra, reclamando assim a efetivação da igualdade de cidadania”.

Tal sistema, capitalista, gerou e gera profundos problemas sociais, que acarretaram diversas formas de exclusão social. Para Sposati (1999, p.67): “A exclusão social é aqui entendida como uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, a não-equidade, a não acessibilidade, a não-representação pública como situações multiformes”. Algumas tentativas, advindas do sistema capitalista, para contornar as questões sociais³, foi a criação de um Estado protetor, ou Estado de Bem Estar Social, conhecido internacionalmente como Welfare State. O Estado do Bem Estar ou Estado Assistencial, para Bobbio (1986), referido-se à Wilensky, é “[...] à primeira análise, como Estado que garante tipos mínimos de alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, não como caridade mas como direito”. Para Pereira (2001, p.33):

“[...] o princípio fundamental do chamado Estado de bem-estar só teve afirmação explícita na Grã-Bretanha, nos anos 40, com a seguinte conotação: de proteção social básica, como direito de todos, independente da renda dos cidadãos e da sua capacidade de contribuição para o financiamento do sistema”.

Segundo Andrade (1993, p.85):

“O Welfare State não representa, absolutamente, uma mudança estrutural da sociedade capitalista. Não se dirige primordialmente àquelas classes e grupos que são vítimas mais óbvias do processo capitalista de industrialização; nem cuida das

¹ “Globalização: Há o que comemorar? O jogo do capitalismo global criou novas oportunidades de progresso mas, para a maioria dos países em desenvolvimento, a prosperidade continua apenas uma promessa”. Capa da revista Veja, de 29 de maio de 2002.

² “[...] liberal que entende o enfrentamento dos riscos (sociais ou econômicos) como de responsabilidade individual e não social”, conforme Sposati (1997, p.10).

³ “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”, segundo Iamamoto (2001, p.27).

velhas necessidades da sociedade. Em lugar disso, tenta compensar novos problemas que são subprodutos do crescimento industrial em uma economia privada”.

No Brasil, o Estado de Bem Estar, não surtiu efeito. Conforme Sposati (1997, p.11):

“Insistir em direitos sociais no Brasil, este país de um **Estado mínimo Histórico** é, sem dúvida, vestir a capa de utópico no pior sentido do termo. Aqui, a política social e pobreza são tomadas como irmãs siamesas. Consequentemente, as políticas sociais são transformadas em ações com caráter circunstancial e precárias, pois são dirigidas aos que menos têm”.

Para Sposati o direito social deveria ser concebido como um atributo individual para romper uma relação de favor, mas conforme afirma (1989, p.18) “[...] as alterações das ações não caminham para além da retórica. Não se avançam propostas na direção de criar garantias de atenção à população”. Conforme o que a autora enuncia, o Estado não consegue sair do plano formal, e realizar seus princípios declarados na Constituição Federal de 1988, referente aos direitos sociais (art. 6º* São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição...), pois realiza apenas ações paliativas que não dão conta da realidade social brasileira. Para Vieira (1992, p.70) “[...] a política neoliberal é aquela política que nega os direitos sociais, que garante o mínimo de sobrevivência aos indigentes, que exige contrapartida para o gozo dos benefícios, que vincula diretamente o nível de vida ao mercado, transformando-o em mercadoria”.

Para Vivot (1994, p.19), crise (sócio-econômica aguda) é a realidade nacional e internacional na América Latina, “[...] que deteriora a capacidade de crescimento e evolução e uma grande crise social que prejudica a própria família”. Segundo o autor:

“Nesse contexto de forte recessão econômica e endividamento externo, diminui a oferta de oportunidades de trabalho, não só em valores relativos ao crescimento vegetativo da população mas também em números absolutos. Os sistemas de educação, saúde, reabilitação, previdência social, etc. caem na qualidade de seus serviços, pois os orçamentos não dão, às vezes, nem para cobrir as despesas de manutenção das estruturas existentes (salários, materiais de consumo, etc.). Nesse quadro, quem sofre as piores consequências são os que têm necessidades extremas, os mais dependentes. A desnutrição aumenta o número de pessoas portadoras de deficiência. As que apresentam problemas intelectuais graves ou profundos não

recebem adequadas atenções; os centros de atendimento estão lotados, deteriorando-se o serviço. Crescem a mendicância, o subemprego, etc.”.

Vivemos em um Estado, que possui uma Constituição⁴, que garante em seu art. 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;...” Vivemos em uma sociedade livre? Livre de preconceitos, e de qualquer forma de discriminação? Possuímos uma sociedade justa, que não possui nenhuma forma desigualdade e, que prima pela equidade⁵? Alcançamos a solidariedade na conjuntura atual?

1.2. A CIDADANIA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA: HISTÓRIA E DESAFIOS ATUAIS À CONCRETIZAÇÃO DE SEUS DIREITOS SOCIAIS.

Para Carmo (1994, p.21): “na antiguidade pode-se observar basicamente dois tipos de atitudes para com as pessoas doentes, idosas ou portadoras de deficiência: uma atitude de aceitação, tolerância, apoio e assimilação e uma outra de menosprezo ou destruição”. Segundo Carmo (1994, p.21):

“nas culturas primitivas que sobreviviam basicamente da caça e da pesca, os idosos, doentes e portadores de deficiências eram geralmente abandonados, por um considerável número de tribos, em ambientes agrestes e perigosos, e a morte se dava por inanição ou por ataque de animais ferozes”.

Para Figueiredo (1997, p.48):

“A história é pródiga em preconceitos, intransigências, perseguições e violências perpetradas contra os portadores de deficiência física ou mental, congênita ou adquirida. A cultura espartana (séculos IX a VII a.C.) orientava seu ensino por valores estabelecidos pelo Estado. A vida das crianças era decidida pelos velhos. Um defeito físico implicava sua condenação à morte. Para que não fosse transmitida a falta de robustez a gerações futuras, a criança portadora de deficiência era atirada do alto do Monte Taigeto.”

⁴ “Constituição: 3. Lei fundamental e suprema dum Estado, que contém normas respeitantes à formação dos poderes públicos, forma de governo, distribuição de competências, direitos e deveres dos cidadãos, etc.; carta constitucional”, conforme Ferreira (1995, p.172).

⁵ “equidade.s.f. 1. Disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um...”, conforme Ferreira (1995, p.257)

Um exemplo estigmatizante e de desarmonia que tem acompanhado historicamente a visão de deficiência está presente no Código de Hamurabi, existente no Museu de Louvre, em Paris. Conforme Carmo (1994, p.23), alguns pontos deste Código de Leis, indicam, como punição, as amputações. Como esclarece a autora:

“[...] esta prática da amputação como mecanismo de punição e estigmatização era muito comum entre os povos antigos, conseguindo sobreviver até os dias de hoje em determinadas civilizações. Estes sinais- amputações objetivavam informar a todos que o portador era escravo, criminoso ou traidor”

Tais dados históricos, demonstram que a deficiência da pessoa, estava profundamente ligada a uma punição, que gerava um estigma e uma repulsa social.

Segundo Pastore (2000, p.15), citando Covey:

“Ao longo da história, as sociedades restringiram, estereotiparam, discriminaram e até exibiram os portadores de deficiência dentro das mais diferentes interpretações, desde as que atribuíam aos seus problemas uma origem divina, até as que exploravam suas deformidades.”

Na Idade Média, conforme Carmo (1994, p.24):

“[...] os indivíduos que apresentavam qualquer deformação física tinham poucas chances de sobrevivência, tendo em vista a concepção dominante de que essas pessoas possuíam poderes especiais oriundos dos demônios, bruxas e/ou duendes malignos. Nesta época ainda, por falta de conhecimentos mais profundos a respeito das doenças e suas causas, pela falta de educação generalizada e o receio do desconhecido e do sobrenatural, ocorria uma verdadeira necessidade, no seio do povo e mesmo das classes mais abastadas, de dar aos males deformantes uma conotação diferente e misteriosa, muito mais diabólica e vexatória do que qualquer outro sentido positivo”.

Observamos que no período da Idade Média, o olhar pejorativo e discriminatório à pessoa portadora de deficiência gerou uma profunda exclusão social. Para Carmo (1994, p.24):

“somente com o advento do Renascimento a situação social das pessoas portadoras de deficiência conseguiu caminhar rumo à superação desta fase da história do homem. É importante destacar que o período renascentista, que vai de aproximadamente desde o fim do século XIV até o fim do século XVI, e que se difundiu da Itália para os outros países da Europa, significou o grande marco no campo dos direitos e dos deveres dos deficientes”.

Segundo Carmo (1994, p.25), a principal característica do humanismo deste período era a busca do reconhecimento do valor homem e da humanidade, associado ao naturalismo, com renovado interesse pela pesquisa direta na natureza...”. Para Carmo (1994,

p.25) “apesar da situação marginal dos deficientes físicos neste período não ter sido alterada significativamente, modificações ocorreram nas relações entre os homens “normais” e os “deficientes”. Sobre isto o autor afirma: “[...] na Inglaterra, foi criada a Lei dos Pobres, pelo rei Henrique VIII. Essa lei obrigava todos os súditos a recolherem a chamada “taxa de caridade que tinha a função de auxiliar os pobres, velhos e “deficientes””. Na França, em 1554, o Grand Bureu de Pauvres, conforme Carmo (1994, p.25) “era composto por burgueses importantes e as contribuições recolhidas eram destinadas à manutenção dos hospitais da Trindade e das Petites Maisons que atendiam doentes pobres, paralíticos, amputados, cegos e portadores de outras deformações”. Foi o início de ações destinadas a pessoa portadora de deficiência, algo novo para pessoas que historicamente sofriam com as sentenças estigmatizantes, mas é importante ponderar, que tais ações, não reverteriam a situação, apenas amenizavam a questão social dos deficientes.

Outro ponto importante que deve ser considerado, como indicador de melhorias nas relações com os deficientes físicos, é, segundo Carmo (1994, p.26) o fato de grandes personalidades, em cada época, serem portadoras de alguma anomalia congênita ou adquirida. Como a autora esclarece:

- a. Luiz de Camões, cavaleiro-fidalgo português, que perdeu um de seus olhos em luta contra os marroquinos. É considerado um dos maiores poetas portugueses.
- b. Galileu Galilei, matemático, astrônomo, inventor do telescópio, Revolucionou o mundo com a teoria heliocêntrica. Ficou cego nos últimos quatro anos de sua vida, e, mesmo assim continuou estudando e pesquisando.
- c. Johannes Kepler, astrônomo alemão, desenvolveu importantes estudos sobre o movimento dos planetas. Kepler tinha uma séria deficiência visual causada por sarampo aos quatro anos de idade.
- d. Ludwig Von Beethoven, considerado um dos maiores gênios da música erudita. Perdeu totalmente sua audição nos últimos anos de sua vida. Mesmo assim, conseguiu compor suas obras mais famosas, “Apassionata, Sonata ao Luar e Sinfonias nº 3 até 6.
- e. Antonio Francisco Lisboa, “O Aleijadinho”, considerado um dos maiores escultores brasileiros. Vítima de uma Tromboangite obliterante, caracterizada por ulcerações nas mãos, mesmo aos setenta anos de idade esculpiu os 12 profetas no adro da igreja de Matozinho. Seu trabalho era realizado tendo as ferramentas amarradas em suas mãos, uma vez que seus dedos perdidos ou imobilizados não conseguiam mais segurá-las.

Para Carmo (1994, p.26) “[...] apesar das evidentes demonstrações de capacidade e habilidades dos vários deficientes ilustres, através da história, a situação dessas pessoas, principalmente as pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, continuou a mesma”. Continuavam sendo marginalizadas e discriminadas. Contudo, conforme Carmo (1994, p.26) ressalta, os deficientes já não eram mais vistos como seres inúteis ou imprestáveis: “[...] pelo contrário as tentativas de recuperação e aproveitamento das habilidades e capacidades dessas pessoas para o mercado de trabalho se tornou uma tendência irreversível”.

Em nossa conjuntura atual, a deficiência é, segundo Art. 3º, do decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Regulamenta a lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.) “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;” a deficiência considerada permanente é “aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;” e por último é mencionado neste artigo a incapacidade como sendo “uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida”. Para uma pessoa ser considerada deficiente é necessário se enquadrar nas seguintes categorias do Art. 4º do decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999:

I – deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II- deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;
- e) acima de 91 db – surdez profunda; e
- f) anacusia;

III – deficiência visual – acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV – deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

A deficiência deveria ser um assunto em constante debate, em nossa sociedade.

Segundo Pastore (2000, p.20):

“Os não-portadores de deficiência ignoram que, com o passar da idade, os seres humanos, eles inclusive, terão as suas funções reduzidas afinal. A degeneração dos órgãos e a velhice formam o destino de todos nós. Ademais, ninguém está livre de, a qualquer momento, passar a ter uma limitação de ordem física, sensorial ou mental. No fundo, todos os seres vivos terão de conviver com algum tipo de deficiência ao longo de suas vidas.”

Aos nos referirmos sobre a cidadania da pessoa portadora de deficiência, temos que analisar que, segundo Martins (1998, p.17):

“Em termos clássicos, a cidadania pressupõe uma abstrata igualdade jurídico-política, na concepção individualista de mundo, própria ao credo liberal. Sua versão corrente imagina um conjunto de direitos civis e políticos (os direitos sociais costumam ser omitidos) e os correspondentes deveres do indivíduo, em seu pertencimento a um Estado, universo em que o cidadão detém a faculdade de exprimir sua vontade política, nos termos da democracia formal.”

Para Martins (1998, p.19) “na sociedade brasileira a cidadania não se universalizou e nem pode ser pensada em termos de uniformidade. São múltiplos os espaços de luta, na pluralidade dos tempos e das populações”. Observa-se que a cidadania não é algo estático e inerte, mas sua força para difundir-se está nos atores sociais. Para Ferreira (1993, p.228) atores da história são “[...] pessoas que percebem o quanto precisam caminhar junto

com outras, aprender a negociar seus conflitos, ganhar e seduzir seu companheiro para projetos que atendam aos anseios coletivos”. Martins (1998, p.20), quando refere-se aos atores, afirma:

“Antigos e novos atores vão adquirindo crescente visibilidade no cenário: negros, populações tribais, mulheres, menores, adolescentes, idosos, homossexuais, moradores, estudantes, funcionários públicos, operários, sindicalistas, bancários, agentes do trabalho formal e informal, ambulantes, domésticas, desempregados, meninos de rua, hemofílicos, deficientes físicos, pedintes, presidiários, sem-terra, sem-teto e até policiais. Apresentam suas demandas, reivindicam, negociam, avançam, recuam, consolidam ou perdem conquistas. Exigem direitos não consagrados, não sancionados juridicamente. A cidadania passa a incorporar novos significados em sua historicidade.”

Sobre ampliação dos direitos, Bonavides (2000, p.523), comenta referindo a Etienne R. Mabaya “[...] a descoberta e a formulação de novos direitos é e será sempre um processo sem fim, de tal modo que quando um sistema de direitos se faz conhecido e reconhecido, abrem-se novas regiões da liberdade que devem ser exploradas.”

A pessoa portadora de deficiência, ao longo dos anos conquistou vários direitos, principalmente após a Constituição Federal de 1988. As leis referente aos deficientes (analisaremos algumas leis no item posterior), não são implementadas da noite para o dia, mas dependem de regulamentações, decretos, etc. Mas já podemos observar os resultados, conforme a reportagem (ANEXO A) de Ricardo Mendonça, para revista Época de 26 de maio de 2003, que afirma: “enquanto quase 8 milhões de brasileiros estão desempregados, começam a sobrar vagas para um grupo que historicamente foi discriminado no mercado de trabalho: os portadores de deficiência”. Isto é resultado da lei que estabelece reserva de vagas para deficientes nas empresas com 100 ou mais empregados. Para Mendonça (2003, p.123) citando Marcelo Vitoriano, “a geração de deficientes que hoje é beneficiada pela legislação no mercado de trabalho não recebeu tratamento adequado quando tinha idade escolar”. Para o autor, outro motivo que explica a escassez de deficientes no mercado de trabalho tem a ver com a auto-estima, pois, “acostumados com a discriminação, convencidos de que dificilmente

serão contratados e sabendo das dificuldades de deslocamento (a maioria das cidades não tem sequer ônibus adaptados), muitos nem procuram emprego”(MENDONÇA, 2003).

As leis em si não bastam, para que saiam do plano formal, e se concretizem, são necessárias ações concretas. Um exemplo disso está na reportagem (ANEXO B) de Darci Debona, para o Diário Catarinense de 5 de agosto de 2003. Diz o texto: “A vida dos deficientes visuais de Concórdia está ficando mais fácil a partir deste mês. Isso por que a prefeitura está investindo na colocação de lajotas com relevo, que servem de guia para os cegos”.

Por isso os gestores públicos, sejam Federais, Estaduais ou Municipais precisam entender que tais atitudes não são favores aos deficientes, mas sim direitos garantidos na Constituição, que precisam ser implementados para que a pessoa portadora de deficiência se torne um cidadão, e exerça sua cidadania. O envolvimento não se limita ao governo, mas a toda a sociedade e, se não ocorrer envolvimento nas questões sociais, transferiremos nossas responsabilidades e seremos coniventes com a conjuntura atual. Para Ferreira (1993, p.229) “aquele que esqueceu suas utopias, sufocou suas paixões e perdeu a capacidade de se indignar diante de toda e qualquer injustiça não é um cidadão, mas também não é um marginal. É apenas um nada que a tudo nadifica”.

1.3 MARCO LEGAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NOS NÍVEIS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Para Figueiredo (1997, p.57) :

“A Constituição da República inaugurou, em 5 de outubro de 1998, um Estado Democrático de Direito (art. 1º) que, se não pode pretender-se propriamente social-democrático, tampouco guarda grandes afinidades com o ideário neo-liberal. Elegeu, isto é certo, como fundamentos e objetivos, metas e métodos que se distanciam radicalmente de modelos autoritários ou totalitários. Nesse sentido, dispõe que a

República Federativa do Brasil tem a dignidade da pessoa humana como um de seus cinco fundamentos (art. 1º, III); que a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação, é um de seus quatro objetivos fundamentais (art. 3º, IV); e que a prevalência dos direitos humanos é um de seus dez princípios na ordem internacional (art. 4º, II).

A partir da Constituição Federal de 1988, a pessoa portadora de deficiência começou a ter seus direitos garantidos em lei. Podemos destacar a criação seguintes órgãos Federais:

- a) **CORDE** - Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, é o órgão do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa portadora de deficiência, tendo como eixo focal a defesa de direitos e a promoção da cidadania. A CORDE foi instituído conforme a lei nº 7.853 (ANEXO C) de 24 outubro de 1989;
- b) a criação do **SICORDE**, que é um sistema de Informações na área da deficiência, desenvolvido pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos - SEDH, Ministério da Justiça, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ONU e da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, Ministério das Relações Exteriores. O SICORDE foi instituído em conformidade com o Decreto nº3.298 (ANEXO D), de 20 de dezembro de 1999;
- c) e a criação do **CONADE**- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência , que é um órgão superior de deliberação colegiada, ao qual compete, principalmente, o acompanhamento e a avaliação da Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, no que concerne à pessoa portadora de deficiência. O CONADE foi criado pela Medida

Provisória nº1.799-6 (ANEXO E) de 10 de julho de 1999, no âmbito do Ministério da Justiça, e suas competências estão definidas no Decreto nº3.298/99 (ANEXO D) de 20 de dezembro de 1999.

Também podemos citar alguns artigos inscritos na **Constituição Federal de 1988**:

Art. 7º, no inciso XXXI, prevê “- proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;”

Art. 23º, inciso II, atribui competência à União, Estados, Municípios e Distrito Federal a responsabilidade “- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”

Art. 24º, inciso XIV, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;”

Art.37º, inciso VIII, estabelece “a lei reservará percentual dos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;”

Art. 203 dispõe que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

VI - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”.

Art. 227, inciso II, obriga o Estado a “criar programas de atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”. Também podemos destacar o

Decreto nº914 (ANEXO F), de 06 de setembro de 1993, que institui a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências.

Referente a legislação estadual em **Santa Catarina**, que dizem respeito a pessoa portadora de deficiência, podemos destacar:

a) Lei nº12.698 (ANEXO G), de 29 de outubro de 2003, que determina aos estabelecimentos bancários situados no território do Estado de Santa Catarina, a disponibilização de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos, e adota outras providências;

b) Lei nº12.644 (ANEXO H), de 21 de julho de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Braille em hotéis, restaurantes, bares e similares no Estado de Santa Catarina;

c) Lei nº12.587 (ANEXO I), de 16 de junho de 2003. Dispõe sobre a preferência na aquisição de unidades habitacionais populares, para portadores de deficiência física permanente;

d) Lei nº1.162 (ANEXO J), de 30 de novembro de 1993. Dispõe sobre a gratuidade do transporte intermunicipal às pessoas deficientes;

e) Lei nº8.589 (ANEXO K), de 11 de maio de 1992. Dispõe sobre isenção do pagamento de taxas e/ou emolumentos para obtenção de documentos junto a repartições públicas estaduais, às pessoas portadoras de deficiências físicas ou que tenham atingido a idade mínima prevista para fins de aposentadoria;

f) Lei nº8.295 (ANEXO L), de 8 de julho de 1991. Assegura direito preferencial de atendimento ao idoso ou deficiente;

g) Lei nº8.220 (ANEXO M), de 03 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o transporte intermunicipal às pessoas deficientes, às gestantes e ao idoso;

h) Lei nº8.038 (ANEXO N), de 18 de julho de 1990. Concede benefício a estudante e portador de deficiência física;

i) Decreto nº14.316, de 16 de junho de 1981 (ANEXO O). Permite o ingresso no serviço público de pessoas parcialmente incapacitadas.

No Estado de Santa Catarina é importante destacar o papel da FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial, que foi criada em 06 de maio de 1962, através da Lei nº 4.156 e regulamentada através do Decreto nº 7.443 de 2 de dezembro do mesmo ano:

“[...] órgão responsável pela definição e execução da política de educação especial em Santa Catarina, reitera os princípios da Declaração de Salamanca, na medida em que vem adotando desde 1982, como política prioritária, a inclusão. Atualmente, sua preocupação básica é investigar, abrir canais diretos de comunicação com alunos, famílias e educadores do sistema regular e especial de ensino para que, em parceria, possam debater e estabelecer uma relação entre o discurso e a prática existente em torno da política de inclusão da pessoa com necessidades especiais no Estado de Santa Catarina.”

No nível municipal (**Florianópolis**) podemos destacar as seguintes leis sobre a pessoa portadora de deficiência:

a) Lei CMF nº620 (ANEXO P), de 7 de dezembro de 2001. Câmara Municipal de Florianópolis. Torna obrigatório o fornecimento por parte de Shopping Centers e similares de cadeira de rodas para utilização de deficientes físicos, idosos, pessoas com dificuldade de locomoção e dá outras providências;

b) Lei CMF nº597 (ANEXO Q), de 11 de setembro de 2001. Determina a obrigatoriedade do uso do símbolo internacional de acesso à pessoa portadora de deficiências, e dá outras providências;

c) Lei nº522 (ANEXO R), de 22 de março de 2001. Assegura matrícula para o aluno portador de deficiência locomotiva na escola municipal mais próxima de sua residência;

d) Lei nº5.189 (ANEXO S), de 03 de novembro de 1997. Dispõe sobre a permanência e ingresso de cães guia nos locais que especifica;

e) Lei nº4.965 (ANEXO T), de 26 de agosto de 1996. Regulamenta o art. 147, inciso v, alíneas "a" e "b" da Lei Orgânica do Município que dispõe sobre a reserva de cargos e empregos públicos destinados a pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências;

f) Lei nº3.969 (ANEXO U), de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a gratuidade no transporte coletivo da municipalidade para deficientes físicos;

g) Lei nº2.153 (ANEXO V), de 24 de outubro de 1984. Assegura direitos às pessoas deficientes, e dá outras providências.

Antes de finalizar este tópico, cabe ressaltar a importância do Ministério Público para as pessoas portadoras de deficiência. Conforme Mazzilli (1997, p.94):

“Com a superveniente edição da lei nº 7.853/89, conjuntamente com outros legitimados ativos, o Ministério Público passou a ser expressamente incumbido da defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos das pessoas portadoras de deficiência. Aplicam-se, pois, os mesmos princípios referentes à instauração do inquérito civil, seu arquivamento, propositura e julgamento das ações civis públicas e ações coletivas.

O Ministério Público não intervém apenas em ações que visem interesses coletivos ou difusos relacionados à proteção das pessoas portadoras de deficiência. Intervirá antes em qualquer ação em que seja parte uma pessoa portadora de deficiência física ou mental, posto não se trate de incapaz para os fins do Código Civil, desde que o objeto dessa ação esteja relacionado com a deficiência.”

Conforme a citação acima, que o autor coloca, embasado em lei, a pessoa portadora não se encontra mais a mercê da própria sorte, mas é detentora de direitos, dispondo de todo um aparato jurídico para recorrer quando se sentir lesada.

Isto posto cabe avaliar em que medidas as pessoas portadoras de deficiência da ACIC (Associação Catarinense para Integração do Cego) conhecem seus direitos e, principalmente como os vivenciam.

Este é o tema do próximo capítulo.

CAPITULO II – A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL E O DESAFIO DA CONQUISTA DE SEUS DIREITOS SOCIAIS

2.1 A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL NA ACIC - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO.

Antes de falar propriamente da Associação Catarinense para Integração do Cego, cabe ressaltar alguns dados referentes a pessoa portadora de deficiência. Conforme CONADE – Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência (2003, p.12) “[...] estima-se em cerca de 500 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, dos quais 350 milhões vivem em países que não dispõem de um mínimo de serviços adequados às necessidades básicas desses indivíduos...”. O CONADE (2003, p.12) com base dos dados do Censo Demográfico 2000, afirma que “[...] a questão da deficiência no Brasil ultrapassa a estimativa a da Organização Mundial da Saúde, atingindo diretamente a 14,48% e indiretamente 43,44% da população. Em números absolutos significam , respectivamente, 24,6 milhões e 73,8 milhões de pessoas”. Conforme o CONADE (2003, p. 13), através do levantamento de dados do Censo 2000, por meio de amostragem, a região sul com total da população de 25.110.349 milhões de pessoas, possui uma estimativa de 3.595.028 milhões de deficientes, sendo um total de 14,32% da população da região. O Estado de Santa Catarina com uma população de 5.357.864 milhões de pessoas, possui uma estimativa de 761.564 mil deficientes, sendo 14,21% da população do Estado. E estima-se que no Brasil, conforme o CONADE (2003, p.15), com base nos dados do IBGE, existam 16.644.842 milhões de portadoras de deficiência visual. Este dado revela que esta deficiência supera em quantidade os outros tipos de deficiência (mental, física, auditiva e múltipla).

Falar da ACIC - Associação Catarinense para Integração do Cego, é comentar um pouco da história da pessoa portadora de deficiência visual no município de Florianópolis. Esta Associação (ACIC) possui grande importância para realização deste trabalho, pois foi nesta Associação que tive contato com várias pessoas portadoras de deficiência visual e tive a oportunidade de conhecer um pouco desta realidade. Podemos conhecer um pouco do trabalho realizado por esta instituição através de sua página na Internet, ACIC (www.jornalismo.ufsc.br/acic) que comenta o que é, e relata a sua história:

“A ACIC é uma instituição privada, sem fins lucrativos, de âmbito estadual e que promove ações no campo político e nas áreas de habilitação, reabilitação e profissionalização das pessoas portadoras de deficiência visual. Foi fundada em 18 de junho de 77, por um grupo de pessoas cegas que tinham o ideal de buscar uma melhor qualidade de vida aos deficientes visuais. A partir de então a ACIC começou a receber cegos de todo o Estado e contratou professores e técnicos. Em 1986, com a criação do Centro de Reabilitação Profissionalização e Convivência (CRPC), começou a desenvolver seus cursos, tendo como proposta oferecer reabilitação e profissionalização plenas num mesmo espaço físico. Inicialmente de maneira tímida, com uma pequena equipe de profissionais, um número reduzido de alunos e funcionando em instalações alugadas, cresceu com a ajuda da comunidade, e hoje dispõe de prédio próprio, adequado às necessidades das pessoas portadoras de deficiência visual. O prédio situa-se no bairro Saco Grande II, em Florianópolis, próximo ao Centro de Tecnologia e Automação Industrial (CTAI). Seu quadro de funcionários é composto por 40 pessoas, entre professores, técnicos e bolsistas, sendo que atualmente, a ACIC atende a mais de 100 pessoas por ano, não apenas de Santa Catarina, mas de todo o país e até de outros países, oferecendo cursos como alfabetização e simbologia Braille, educação física, iniciação à informática, treinamento nas técnicas do sorobã, atendimento em psicomotricidade, musicoterapia, Atividades da Vida Diária (AVD), orientação e mobilidade, encaminhamento para escolas comuns e para o mercado de trabalho.”

Outro ponto importante para destacar da Associação Catarinense para Integração do Cego é o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social. A instituição conta dois profissionais de Serviço Social, que conforme ACIC (www.jornalismo.ufsc.br/acic/servicos-gr.htm, acessado em 26/01/04) realizam as seguintes atividades:

“Desenvolve ações de natureza social, que possibilitam um melhor aproveitamento do processo de reabilitação e profissionalização pelo aluno e sua família. O serviço social na ACIC ajuda o aluno a alcançar um nível satisfatório de independência, - condição essencial para sua integração familiar e social. Entre as atividades desenvolvidas pelo serviço social, destacam-se:

- Triagem e Avaliação Social: atendimento dos novos alunos da ACIC para reconhecimento de seus objetivos na ACIC, de suas condições sócio-econômicas, e de seu histórico familiar. Após esse processo será elaborado um programa de atividades adequado às necessidades de cada aluno;
- Reavaliação Social: reavaliação social, de acordo com as necessidades e solicitações da equipe técnica;
- Matrículas Orientadas: orientação e interpretação para o aluno da dinâmica de atendimento do Centro de Reabilitação Profissionalização e Convivência, motivando-o para uma efetiva participação no processo de reabilitação e profissionalização, e definindo uma taxa de contribuição mensal, caso o aluno tenha condições de pagar;
- Encaminhamentos: mobilização de recursos da entidade e comunitários para o encaminhamento do aluno e seus familiares para atendimento de necessidades de ordem médica e assistencial. A ACIC têm um quadro de médicos voluntários nas seguintes especialidades: Oftalmologia, Ginecologia, Neurologia, Urologia e Otorrinolaringologia. Os alunos que necessitarem de atendimento em outras áreas serão encaminhados ao Serviço Único de Saúde (SUS).
- Faltas: verificação dos motivos de faltas dos alunos, através de visita domiciliar ou abordagem individual, conscientizando a ele e sua família da importância do atendimento;
- Desligamentos: efetuar entrevistas de desligamento, avaliando com o aluno seu processo de atendimento e o nível de desenvolvimento alcançado;
- Orientação: orientar, através de abordagem individual e/ou grupal, os alunos e respectivos familiares;
- Integração: participar de programas de integração da comunidade, buscando atuar em conjunto com órgãos da área social;
- Colocação e Acompanhamento no Mercado de Trabalho: efetuar, juntamente com a equipe técnica, a colocação do aluno no mercado de trabalho, e acompanhar seu desempenho profissional durante os três primeiros meses;
- Bolsas de Estudo: supervisionar a concessão de bolsas de estudo para clientes carentes, mantendo a articulação necessária com pessoas ou órgãos da comunidade.”

No período em estive estagiando no NETA – Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social, núcleo do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em minhas atividades de campo, tive a oportunidade de acompanhar as atividades da Assistente Social, Beatriz de Oliveira Odilon, que trabalha na Associação Catarinense para Integração do Cego. Neste período, conheci o trabalho desenvolvido na instituição e tive o interesse de explorar o tema “direitos da pessoa portadora de deficiência”. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica e documental, realizei entrevistas com um grupo de associados visando responder à questão que orientou este estudo, ou seja, como as pessoas portadoras de deficiência visual da ACIC vivenciam sua cidadania. O item que segue traz os resultados dessa investigação.

2.2 A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL E A VIVÊNCIA DE SEUS DIREITOS SOCIAIS.

Para debater este assunto, realizei uma pesquisa na ACIC - Associação Catarinense para Integração do Cego, com pessoas portadoras de deficiência visual. A metodologia da pesquisa foi de caráter qualitativo e do tipo exploratório. Segundo Richardson (1985, p.39):

“ Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”.

Seltiz (1974, p.59), assim definiu a pesquisa do tipo exploratória:

“estudos denominados formuladores ou exploratórios visam familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão deste, freqüentemente para poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses”.

A coleta de dados foi realizado através de entrevistas, pois estas são uma forma de o entrevistador interagir e conseguir dados de uma pessoa portadora de deficiência visual. Segundo Seltiz (1974, p.267) “Numa entrevista o entrevistador e a pessoa entrevistada estão presentes no momento em que as perguntas são apresentadas e respondidas – existe oportunidade para maior flexibilidade para obtenção de informações...”.

Para realizar as entrevistas, contei com a ajuda da Assistente Social, Beatriz de Oliveira Odilon, que entrou em contato com as pessoas portadoras de deficiência visual, todos associados da ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego, e disponibilizou sua sala na Instituição.

Realizei uma série de onze entrevistas⁶ (APÊNDICE A), todas foram realizadas na ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego, no dia 10 dezembro de 2003.

⁶ Os nomes descritos nas entrevistas são fictícios.

Foram dirigidas a cada entrevistado um total de dezesseis perguntas. As dez primeiras perguntas foram mais objetivas e as outras seis tiveram caráter mais discursivo.

As questões objetivas procuraram levantar a faixa etária, naturalidade, o grau de escolaridade, a profissão, a residência atual, o tempo que possui a deficiência visual, o grau da deficiência visual e o motivo ou da causa da deficiência visual.

As respostas relacionadas às questões objetivas foram as seguintes:

A faixa etária dos entrevistados, oscilou entre os 20 e 37 anos, ou seja:

- a) 01 entrevistado de 20 anos;
- b) 01 entrevistado de 21 anos;
- c) 03 entrevistados de 22 anos;
- d) 01 entrevistado de 23 anos;
- e) 01 entrevistado de 25 anos;
- f) 01 entrevistado de 32 anos;
- g) 01 entrevistado de 33 anos;
- h) 01 entrevistado de 36 anos e.
- i) 01 entrevistado de 37 anos.

Foram no total entrevistados:

- a) 04 homens e.
- b) 07 mulheres.

Em relação a naturalidade dos entrevistados, ficaram distribuídos da seguinte forma:

- a) 01 entrevistado de São Luiz Gonzaga (RS);
- b) 01 entrevistado de Herval D'oeste (SC);
- c) 01 entrevistado de Xanxerê (SC);

- d) 03 entrevistado de Florianópolis (SC);
- e) 01 entrevistado de Chapecó (SC);
- f) 01 entrevistado de Kuito (Angola);
- g) 01 entrevistado de Orleans (SC);
- h) 01 entrevistado de Mangas (MG);
- i) 01 entrevistado de São Lourenço do Oeste (SC).

A maioria são migrantes (07), sendo que destes, 01 é estrangeiro e 03 naturais do município de Florianópolis. Estes dados demonstram que, em alguns casos, pelo fato da região de origem, não possuir estruturas adequadas para a pessoa portadora de deficiência visual, estes tiveram que migrar para outras regiões com melhores condições.

O grau de escolaridade ficou assim distribuído:

- a) 03 entrevistados com Ensino Fundamental;
- b) 03 entrevistados Ensino Médio;
- c) 03 entrevistados Superior Incompleto e
- d) 02 entrevistados Superior Completo.

As entrevistas demonstraram que, independente do grau de escolaridade, todos os entrevistados demonstraram competência nas respostas.

Em relação à profissão dos entrevistados, os dados foram os seguintes:

- a) 05 declaram estudantes;
- b) 01 músico;
- c) 01 pedagogo;
- d) 01 telefonista;
- e) 02 professores e
- f) 01 declarou ser voluntário.

Isto confirma que independente da deficiência visual, todos superam seus limites físicos e exercem alguma atividade.

Em relação a residência atual:

- a) 09 residem no município de Florianópolis (SC);
- b) 01 no município de São José (SC) e.
- c) 01 no município de Vargem Bonita (SC).

Verificamos que dos entrevistados:

- a) 07 nasceram com a deficiência visual e.
- b) 04 a adquiriram no transcorrer de suas vidas.

Sobre o grau da deficiência visual:

- a) 05 possuem deficiência visual parcial (possuem algum grau de visibilidade) e.
- b) 06 deficiência visual total.

O motivo que causou a deficiência:

- a) 03 entrevistados foi por acidente;
- b) 04 por motivo de doença;
- c) 01 hereditário;
- d) 01 erro médico;
- e) 01 erro médico ou hereditário (não sabe) e.
- f) 01 afirmou ser por causa da incubadora.

Tais dados demonstram, que uma política de prevenção à acidentes e a doenças, possui uma grande importância para evitar que novas pessoas venham a adquirir algum tipo de deficiência visual.

Os itens que serão abordados a seguir são questões de caráter mais discursivo, em que busquei explorar o conhecimento que os entrevistados possuíam em relação a legislação referente à pessoa portadora de deficiência, suas opiniões sobre se as leis são cumpridas, suas

experiências em relação a essa questão e sugestões sobre o tema “os direitos da pessoa portadora de deficiência e desafios de sua conquista”.

Quando indagados sobre o **conhecimento de alguma lei referente a pessoa portadora de deficiência**, as respostas foram as seguintes:

- a) ⁷Jorge: “Conheço algumas leis, mas não lembro os artigos. Sou consciente de alguns direitos como, acesso a educação, porcentagem ao trabalho, lazer, direito de ir e vir e outros”.
- b) Cátia : “Não”.
- c) Sandra: “Já li os artigos. Mas não sei”.
- d) Bárbara: “Conheço o artigo nº3.298. As leis em geral por cima, mas nada a fundo.”
- e) Tatiana. : “Conheço mas não sei identificar. Conheço a lei que da direito ao acesso gratuito”.
- f) Fabiana: “3.298, e as leis em geral.”
- g) Sandro: “Algumas”.
- h) Raquel: “Conheço várias leis”.
- i) Pedro: “Conheço”.
- j) Cláudia: “Conheço, mas não lembro os artigos.”
- k) Roberto: “Conheço algumas.”

Quase todos responderam que conheciam alguma lei, com exceção de 01 entrevistado, mas apenas 02 dos entrevistados conseguiram identificar (decreto n.º 3.298). Estas respostas referente a esta questão, demonstram que estas pessoas portadoras de deficiência possuem ciência de seus direitos, mas ainda não possuem clareza para identificar as leis que os regulamentam e protegem.

⁷ Os nomes são fictícios.

Quanto à questão que investigava se achavam que os direitos da pessoa portadora de deficiência eram cumpridos, e por que, as repostas foram as seguintes:

- a) Jorge: “Não são com certeza. Geralmente tem que ir com recursos na justiça para obter os direitos. Ainda não há uma conscientização das pessoas”.
- b) Cátia: “Não são. Escuto os outros falar, mas quando vou perguntar (Prefeitura) falam que não sabem ”.
- c) Sandra: “Não. Um exemplo é a reserva de mercado para pessoas portadoras de deficiência, usam de manobras para não cumprirem a lei”.
- d) Bárbara: : “Não. Criam as leis para dizer que tem, mas não cumprem ”.
- e) Tatiana: “Nem todos. Acho que a pessoa é barrada quando vai lutar pelo direito”.
- f) Fabiana: “Muito poucas leis são cumpridas. Por que ficam no esquecimento”.
- g) Sandro: “Não. Por que existe muita desigualdade”.
- h) Raquel: “Não. Precisa-se colocar as discussões em prática. E por falta de vontade política”.
- i) Pedro: “Não. Eles cumprem aquilo que é simples, mas as leis que envolvem mudanças nas estruturas sociais não são cumpridas. A lei de cotas é um exemplo”.
- j) Cláudia: “Não. Por que os direitos são negados pelas próprias pessoas que deveriam garantir”.
- k) Roberto: “Não. Por que não cumprem.

Como observamos, 09 dos entrevistados responderam que não, 01 respondeu “muito poucas leis são cumpridas” e 01 “nem todas”. Já o motivo para o não cumprimento dos direitos para os entrevistados foram diversos:

- 1) pela falta de conscientização das pessoas;

- 2) os organismos públicos desconhecem os direitos;
- 3) os órgãos governamentais usam de manobras para não cumprir as leis;
- 4) as leis são feitas para não serem cumpridas;
- 5) as pessoas são barradas quando exigem seus direitos;
- 6) as leis ficam no esquecimento;
- 7) por existir muita desigualdade;
- 8) falta de vontade política;
- 9) cumprem apenas aquilo que é simples; e
- 10) os direitos são negados pelas próprias pessoas que deveriam garanti-los.

Isto demonstra que muito pouco é cumprido daquilo que se promete em lei, e que os as respostas dão veracidade aos fatos de cada experiência particular de vida.

Outra questão formulada foi, “em algum momento da sua vida você teve que exigir que seus direitos fossem cumpridos? Pode citar um exemplo?”:

- a) Jorge: “Várias vezes. A questão da faculdade na UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina. Tive que lutar (entrei com ofício na diretoria, ofício apoiado em lei) para conseguir recursos (computador com sintetizador de voz; bolsista para escanear o material de leitura; mapa em relevo) necessários para ter ensino de qualidade”;
- b) Cátia: “Sim. Tive que batalhar muito, insisti na prefeitura uns 6 meses, para conseguir um carro para me levar a aula de Braille” (na sua cidade natal)”;
- c) Sandra: “Sim. No concurso para efetivação na ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego. Passei no concurso, na perícia médica, o médico exigiu várias garantias para dar o atestado de aptidão. Tive que consultar um advogado (voluntário) para falar com o médico e resolver a questão”;

- d) Bárbara: “Sim. No concurso público (Tribunal Regional do Trabalho), tive que entrar com uma ação no Ministério Público para exigir que a prova fosse oral”;
- e) Tatiana: “Sim. Quando comecei estudar, não queriam-me aceitar na escola, tive que insistir para que aceitassem”;
- f) Fabiana: “Sim. No Ensino Regular, tive que mostrar para a direção do colégio, que existem leis que garantem o ensino para deficientes visuais e a escola tem que estar preparada”;
- g) Sandro: “: Não”;
- h) Raquel: “Não”;
- i) Pedro: “Sim. No Projeto de lei de um vereador de São Paulo, definiu que as pessoas portadoras de deficiência não usariam transporte público gratuito em horário de pico. Fui na imprensa denunciar, e o projeto não foi aprovado”;
- j) Cláudia: Sim. Em um hospital, fui maltratada por causa da deficiência. Fiz denúncia no Conselho de Medicina e na Secretaria Estadual de Saúde”;
- k) Roberto: “Sim. O motorista não quis me deixar ter acesso ao transporte coletivo, que é gratuito por lei. Tive que ir falar com o fiscal da empresa de ônibus para que chamasse a atenção do motorista.”

Em relação a esta questão apresentada, 09 entrevistados responderam que sim e 02 entrevistados responderam não.

É importante ressaltar nessa questão o caminho encontrado pelos entrevistados para exigirem seus direitos, tais ações foram as seguintes:

Na entrevista de Jorge, este comentou que quando ingressou na universidade, teve problemas, pois a universidade não possuía recursos necessários (computador com programa adequado; bolsista para escanear o material; mapa em relevo) para seu aprendizado. O

caminho encontrado foi entrar com um ofício na diretoria, apoiado em lei, para mais tarde obter seus direitos.

Cátia, outra entrevistada, não tinha como frequentar a aula de Braille, pois não sabia se locomover até o local, e precisou insistir na prefeitura para conseguir um carro para transporta-la.

Outro caso é o de Sandra, que passou em um concurso, mas na perícia médica encontrou dificuldades para conseguir a documentação, e só através da ajuda de um advogado voluntário da ACIC, conseguiu resolver a questão.

Outra entrevistada, Bárbara, para realizar um concurso, teve que entrar com uma ação no Ministério Público para exigir que a prova fosse oral.

Para Tatiana, foi preciso insistir com a direção da escola para que a aceitassem.

Fabiana, também teve que mostrar para a direção que existem leis que garantem o ensino para deficientes para que fosse aceita na escola.

Pedro, teve que denunciar na imprensa um projeto de lei que prejudicaria o livre acesso ao transporte público e gratuito em horário de pique.

Já Cláudia, teve que denunciar na Conselho de Medicina o mau tratamento recebido no hospital quando esteve internada.

E Roberto, foi reclamar a um fiscal de uma empresa de ônibus, sobre um motorista que não o deixava usufruir do transporte público e gratuito a que a pessoa portadora de deficiência tem direito.

As respostas de cada entrevistado possuem grande valor, pois dependendo de cada caso, são “dicas” de como exigir direitos. Existem momentos em que uma simples conversa sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência resolve a situação (caso de Tatiana e Fabiana). Em outros, é necessário reclamar formalmente ou pessoalmente ao órgão responsável (caso de Cátia , Jorge e Roberto). Há, ainda, situações em que a assistência

jurídica é necessária (caso de Sandra), e existem também situações em que é necessário acionar o Ministério Público (caso de Bárbara). Também há momentos em que uma denúncia no Conselho Profissional se faz necessário (caso de Cláudia), e há situações em que somente uma denúncia na imprensa garante visibilidade (caso de Pedro).

Na pergunta referente a “qual sua sugestão para que os direitos referente a pessoa portadora de deficiência sejam garantidos?”, surgiram diferentes respostas mas todas convergem para o mesmo ponto, a efetivação dos direitos. As respostas foram as seguintes:

- a) Jorge: “Acho que deve haver conscientização, política de informação nas empresas, todos os segmentos sociais. Não se deve limitar a pessoa pela sua deficiência. Deve ocorrer mais oportunidades para aflorar nossas potencialidades. Pois somos todos capazes.”;
- b) Cátia: “As autoridades, o poder, tudo, tem mais conhecimento sobre a deficiência e suas dificuldades, devem trabalhar mais sobre esse assunto. O pequeno precisa do grande. Não adianta só falar, tem que fazer valer o direito”;
- c) Sandra: “Mais pessoas tem que se engajar na luta para fazer valer os direitos que estão garantidos no papel, fazer valer na prática.”;
- d) Bárbara: “Ao invés de criarem cada vez mais leis, eles deveriam primeiro cumprir as leis existentes”;
- e) Tatiana: : “A pessoa portadora de deficiência tem que lutar, provar que tem direitos”;
- f) Fabiana: “As leis tem que serem claras e detalhadas para não darem duplo sentido. Colocar na prática as leis que existem, antes de criarem outras”;

- g) Sandro: “As escolas públicas deveriam ficar mais ligadas as instituições (que trabalham junto com pessoas portadoras de deficiência) adequassem para receber as pessoas portadoras de deficiência visual”;
- h) Raquel: “Maior mobilização das pessoas portadoras de deficiência e mais conhecimento desses direitos”;
- i) Pedro: “As próprias pessoas portadoras de deficiência devem se mobilizar mais, no sentido de reivindicar seus direitos. Que o Estado crie ouvidorias (ouvidorias independentes, que seriam criadas pelo Estado, mas os ouvidores seriam da sociedade civil), específicas para apurar denúncias. Por que se o Estado cria as leis, é preciso ter pessoas fora dos órgãos estatais para fiscalizar”;
- j) Cláudia: “Que os próprios deficientes entrem na área da política e ajudem a criar e proteger as leis. Por que as leis existem o problema é cumprir”, e
- k) Roberto: “O governo deveria ter mais contato com a pessoa portadora de deficiência.”

Na tentativa dos entrevistados buscarem solução para esta questão, podemos destacar das respostas, que os direitos das pessoas portadoras de deficiência só serão garantidos se ocorrer:

- 01) conscientização em conjunto com uma política de informação envolvendo todos os segmentos sociais;
- 02) os órgãos públicos devem ter mais conhecimento sobre a deficiência e suas dificuldades;
- 03) sair do plano formal e fazer valer a lei na prática;
- 04) fazer cumprir as leis que existem antes de criarem outras;
- 05) mobilização da pessoa portadora de deficiência para garantir seus direitos;

- 06) as leis devem ser claras e detalhadas para não darem duplo sentido;
- 07) melhor adequação das instituições de ensino para receber a pessoa portadora de deficiência;
- 08) maior conhecimento das pessoas portadoras de deficiência sobre seus direitos;
- 09) ouvidorias independentes, criadas pelo Estado, mas administradas pela sociedade civil para apurar denúncias relativas às pessoas portadoras de deficiência;
- 10) expansão das pessoas portadoras de deficiência em âmbito político para criação e proteção das leis; e
- 11) maior contato dos órgãos governamentais com a pessoa portadora de deficiência.

Tais considerações apontadas por estas pessoas portadoras de deficiência visual entrevistadas, demonstram que conhecem várias alternativas para que seus direitos sejam garantidos.

As considerações que encerram este trabalho, resumem nosso entendimento sobre o tema investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No início deste trabalho busquei trazer questões relacionadas sobre o Estado de modo a compreender, se este consegue aplicar suas diretrizes afirmadas na forma da Constituição Federal ou se as palavras que regem a carta magna são apenas temas utópicos que não são vivenciadas no cotidiano dos cidadãos brasileiros. Podemos constatar que, temas centrais defendidos na Constituição Federal, como por exemplo o art. 1º “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e dos Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de direito e tem como fundamentos: III- a dignidade da pessoa humana;” nem sempre são garantidos. Podemos abrir um parêntese neste ponto, pois os dados apresentados no início do trabalho, evidenciam o quanto a constituição está longe dos cidadãos brasileiros. Milhões de brasileiros vivem em situação de miserabilidade e de exclusão social, e também constatamos no cotidiano da nossa cidade, pessoas (crianças; adolescentes; mulheres e homens de diversas faixas etárias) mendigando, catando algo para sua subsistência nas lixeiras (quem nunca viu tal cena?), entre muitas outras situações constrangedoras e vexatórias. Estas pessoas desconhecem o significado da frase “a dignidade da pessoa humana”, são pessoas que vivem a mercê da própria sorte, são como corpos sem rostos, pessoas sem nomes, são semi-cidadãos, pois não vislumbram o Estado Democrático e muito menos seus direitos constitucionais. Também não podemos afirmar, que nós, cidadãos que pagamos impostos e buscamos cumprir com nossos deveres cívicos, vivemos “a dignidade humana” em sua plenitude. Cabe exemplificar com o salário mínimo, descrito no art. 7,º Inciso IV:

“são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que vivem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas e às de suas famílias com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;...”

Conseguimos a dignidade no plano formal, mas a letra sem ações concretas é morta.

É interessante relembrar o comentário de Sposati abordado no início do trabalho, quando afirma que o direito social deveria ser concebido como um atributo individual para romper uma relação de favor, mas conforme afirma (1989, p.18) “ [...] as alterações das ações não caminham para além da retórica. Não se avançam propostas na direção de criar garantias de atenção à população”. Este contexto social, não é um problema que surgiu de uma hora para outra, como vimos nas citações de Faleiros, pois o Estado brasileiro ao longo de sua história, teve características pouco democráticas. Também temos que ponderar, que os problemas sociais, não se restringem ao nosso território, como foi abordado no início do trabalho, pois o modelo que impera na conjuntura global é do sistema capitalista, que tem conseguido trazer as mais diversas inovações tecnológicas e vários avanços em diversas áreas do conhecimento, entretanto em relação aos direitos humanos e conquistas sociais, tem conseguido criar um enorme abismo social.

Busquei realizar um breve relato histórico sobre a pessoa portadora de deficiência, e pude constatar que a trajetória das pessoas portadores de deficiência ao longo da história, de forma sintética, foi marcado por morte e abandono (Grécia antiga e algumas tribos e povos), ultraje e exploração (idade medieval), a caridade e da compaixão (final idade média e início da idade moderna) e da busca dos direitos e efetivação de sua inserção social como pessoa portadora de direitos (idade contemporânea).

Este trabalho buscou identificar algumas das principais leis referentes à pessoa portadora de deficiência, o que nos permitiu verificar que muitas leis estão disponíveis em diferentes páginas da Internet. Tais sites ou páginas virtuais são algo novo para a pesquisa, e ao meu ver de grande utilidade. Podemos constatar que existe uma grande variedade de assuntos ligados ao tema da pessoa portadora de deficiência, e que muitas destas informações

advém de instituições de prestígio. Uma delas que comento neste trabalho é a ACIC. Tal instituição tem demonstrado vanguarda quando o assunto é pessoa portadora de deficiência visual.

Este trabalho discutiu o tema “os direitos das pessoas portadoras de deficiência visual e desafios de sua conquista”. Posso concluir a partir da pesquisa realizada com um grupo de pessoas portadoras de deficiência visual da ACIC que, em um primeiro momento, a pessoa portadora de deficiência visual sabe que possui direitos, mas não sabe identificá-los.

Devemos ponderar que o não saber sobre nossos direitos, não nos exclui de sermos detentores de direitos. É necessário estarmos atentos e cientes dos nossos direitos, sejam direitos civis, políticos, ou sociais. Pois é através do conhecimento destes direitos, que teremos discernimento para avaliar em que situações devemos exigí-los. É importante lembrar que a socialização dos nossos direitos, é um caminho para a solidariedade. Conforme recomenda Júlio (2003, p.119): “Não confunda aquisição de conhecimento com retenção de informações. Um computador pode reter gigabytes de informação, mas isso não o faz, formalmente, menos ignorante e idiota do que uma caixa de sapatos”.

Outro ponto importante que devemos evitar, é a segregação e estigmatização de grupos sociais, pois a cidadania não se constrói de forma independente ou através de ações unilaterais. É necessário nos unirmos (sociedade civil) para efetivação, fiscalização e ampliação dos nossos direitos. É importante também lembrar nossa atenção sobre as medidas provisórias e as emendas constitucionais, que podem suplantiar nossos direitos e marcar de forma pejorativa nossa Constituição Federal.

Quando indagados se seus direitos eram garantidos, as pessoas portadoras de deficiência visual espontaneamente responderam que não, na maioria das vezes. Neste ponto temos que ponderar que, alguns de seus direitos são sim cumpridos, mas para seu cumprimento necessitam, na maioria dos casos, como foi explicitado neste trabalho, de

atitudes e ações, seja por vias pacíficas ou litigiosas. Sobre este ponto, para a pessoa portadora de deficiência usufruir e fazer valer o seu direito, vai depender também de como ela se relaciona com o seu meio, ou seja, com sua comunidade, cidade e país. Se possui conhecimento das leis, conhece os órgãos públicos e sua finalidade, vai conseguir interpretar o que é seu por direito e como alcançar seus objetivos pelos meios legais. Para Niusarete Margarida de Lima, coordenadora do CORDE, em sua apresentação no manual do MONATRAN:

“há uma consciência crescente de que muitas pessoas têm dificuldade em conseguir uma participação igualitária na sociedade por terem pouco ou nenhum acesso a informações atualizadas. Uma das formas de superar tal entrave é o conhecimento. A informação acessível ao cidadão é sem dúvida um mecanismo eficiente para compartilhar o saber e reduzir as desigualdades sociais. Não é mais possível promover a inclusão social sem o conhecimento das tecnologias existentes, das normas jurídicas em vigor e de uma visão sistêmica em termos de áreas do conhecimento”

Cabe ressaltar, que os desafios da conquista dos direitos das pessoas portadoras de deficiência visual, são praticamente que diários, é um esforço constante. Todas as sugestões mostradas no capítulo anterior para que seus direitos sejam garantidos, são mais do que válidos. E a conquista de seus direitos não se limita a um grupo, ou um segmento social, mas a toda a sociedade. Ver seus direitos sendo respeitados é ver um brasileiro exercendo sua cidadania.

Como futuro profissional de Serviço Social, creio que as questões envolvendo a pessoa portadora de deficiência são, além de outras profissões, pertinentes ao Assistente Social.

Conforme o Código de Ética do Assistente Social em seus Princípios Fundamentais cabe a este profissional:

“[...] posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;...”

As questões que envolvem a pessoa portadora de deficiência, são um campo de trabalho bastante amplo, pois permeia toda a sociedade, instituições públicas e privadas, e profissionais das mais diferentes áreas. É um campo de estudo que pode e deve ser cada vez mais aprofundado.

Espero que tenha contribuído com a realização deste trabalho. Desejo que o tema “os direitos da pessoa portadora de deficiência visual e desafios de sua conquista”, seja um tema em constante debate em nossa sociedade e, consigamos consolidar e efetivar nossos direitos inscritos na Constituição Federal.

Referências:

ACIC - Associação Catarinense para Integração do Cego. **“25 Anos Reabilitando e profissionalizando cegos no Brasil”**. Informativo, Florianópolis, 2003.

ACIC. **Associação Catarinense para Integração do Cego**. Florianópolis .Disponível no site <http://www.jornalismo.ufsc.br/acic/historia/historia-gr.htm>. Acessado em 26/01/04.

ACIC. **Associação Catarinense para Integração do Cego**. Florianópolis .Disponível no site <http://www.org.br>.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos**. Editora Acadêmica. São Paulo, 1993.

BOBBIO, N. e outros. **Dicionário de Política**. Brasília, UnB, 1986.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito constitucional**. 10. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988**. 13. Ed. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília, Secretaria dos Desportos/PR, 1994.

CEFESS. Resolução 273/93 – **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais** (13/03/93).

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. **“Subsídios para os Conselheiros Participantes do Processo de Elaboração do PPA 2004-2007**. Brasília. 2003. Págs. 01-36.

CONADE. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília. <http://www.mj.gov.br/conade/conade2.htm>. Acessado em 26/01/04.

CONADE. **Decreto nº 3.398, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília. Disponível no site <http://www.mj.gov.br/sedh/hpconade2/decreto-n3298-thm>.

CONADE. **Medida Provisória nº 1.799-6, de 10 de julho de 1999.** Brasília. Disponível no site <http://www.mj.gov.br/sedh/hpconade2/medida-provisoria-n1.7996.thm>.

CORDE. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (de todo site).** Disponível no site <http://www.mp.br/sedh/dpdh/corde>. Acessado em 15/01/2004.

CORDE. **Lei nº 7.853, de outubro de 1989.** Disponível no site <http://www.mp.br/sedh/dpdh/corde/lei7853.htm>

DEBONA, Darci. Calçada auxilia deficientes visuais. Diário catarinense, Florianópolis, 5 agosto de 2003, p.21.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Social do Estado Capitalista. São Paulo, Cortez, 1980.

FERREIRA, Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p.219-229.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. A Pessoa Portadora de Deficiência e o Princípio da Igualdade de Oportunidades no Direito do Trabalho. In: **Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Advocacia Pública e Sociedade. Ano I - nº 1. São Paulo 1997. Págs. 45-76.

FONSECA, Márcio Alves. Direito e Exclusão: Uma Reflexão sobre a Noção de Deficiência. In: **Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Advocacia Pública e Sociedade. Ano I - nº 1. São Paulo 1997. Págs. 117-133.

FCEE. **Fundação Catarinense de Educação Especial**. Florianópolis. Disponível no site <http://www.fcee.sc.gov.br/afundacao/concepcao.htm#>. Acessado em 26/01/04.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

JÚLIO, Carlos Alberto. Entre Aspas. IN: **Seleções Reader's Digest**. Ed. 1003. Rio de Janeiro, RJ, 2003. Pág. 119.

LAHÓZ, André. **A Pobreza da Debate**. Exame, edição 698, p.136-142, 1999.

MARTINS, Ismênia de Lima et al. (Org). História e cidadania. IN: **Anais do XIX Simpósio Nacional de História- ANPUH**. São Paulo: Humanitas Publicações, 1998.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Ática, 1988. P.5-31.

MAZZILLI. A Pessoa Portadora de Deficiência e Ministério Público. In: **Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Advocacia Pública e Sociedade. Ano I - nº 1. São Paulo 1997. Págs. 77-95.

MENDONÇA, Ricardo. **Procuram-se deficientes**. Época, São Paulo, 26 de maio de 2003, p.122-123.

MONATRA – **Movimento Nacional de Educação no Trânsito**. Manual: “Transitando em segurança”. Florianópolis, SC. 2003.

MPSC. **Ministério Público do Estado de Santa Catarina (de todo site)**. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br>. Acessado em 15/01/2004.

MPSC. **Decreto nº 914, de 06 de setembro de 1993**. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/fed-leidec/decreto-federal/1990-1995/df0914-93.htm>

MPSC. **Decreto nº 14.316, de junho de 1981**. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/decreto/1938-1989/de14316-81.htm>

MPSC. **Lei nº 12644, de 21 de julho de 2003**. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/lei-estdual/2003/lei12644.htm>

MPSC. **Lei nº 12.698, de 29 de outubro de 2003**. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/lei-estdual/2003/lei12698.htm>

MPSC. **Lei nº 12.587, de junho de 2003**. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/lei-estdual/2003/lei12587.htm>

MPSC. Lei nº 8.589, de 11 de maio de 1992. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/lei-estdual/1970-1993/le8589-92.htm>

MPSC. Lei nº 8.295, de 08 de julho de 1991. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/lei-estdual/1970-1993/le8295-91.htm>

MPSC. Lei nº 8.220, de 03 de janeiro de 1991. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/lei-estdual/1970-1993/le8220-91.htm>

MPSC. Lei nº 8.038, de 18 de julho de 1990. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/lei-estdual/1970-1993/le8038-90.htm>

MPSC. Lei nº 1.162, de 08 de novembro de 1993. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est-leidec/lei-estdual/1970-1993/le8589-92htm>

MPSC. Lei nº 620, de 07 de dezembro de 2001. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/mun-dec-lei-lc/lei-complementar/lcmf620-01-fpolis.htm>

MPSC. Lei nº 597, de 11 de setembro de 2001. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/mun-dec-lei-lc/lei-complementar/lcmf597-01-fpolis.htm>

MPSC. Lei nº 522, de 22 de março de 2001. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/mun-dec-lei-lc/lei-complementar/lcmf522-01-fpolis.htm>

MPSC. Lei nº 5.189, de 03 de novembro de 1997. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/mun-dec-lei-lc/lei-municipal/lm5189-97-fpolis.htm>

MPSC. Lei nº 4.965, de 26 de agosto de 1996. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/mun-dec-lei-lc/lei-municipal/lm4965-96-fpolis.htm>

MPSC. Lei nº 2.153, de 24 de outubro de 1984. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/mun-dec-lei-lc/lei-municipal/lm2153-84-fpolis.htm>

MPSC. Lei nº 3.969, de 13 de janeiro de 1993. Florianópolis. Disponível no site <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/mun-dec-lei-lc/lei-municipal/lm3969-93-fpolis.htm>

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro, SIMIONATO, Ivete. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXI, n.66, julho 2001, p.159.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, Regulação Social e Controle Democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza, PEREIRA e Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social e Democracia**. Cortez, Rio de Janeiro: VERJ, 2001. P. 25-42.

RAMIRO, Denise, SOARES, Lucila. **Globalização: Há o que comemorar? O jogo do capitalismo global criou novas oportunidades de progresso mas, para a maioria dos países em desenvolvimento, a prosperidade continua apenas uma promessa**. Veja, edição 1753, p.104-107, 2002.

RIBEIRO, João Homem. **PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: A caracterização das Entidades que Prestam Atendimento, Conveniadas à Prefeitura Municipal de Florianópolis**. Florianópolis, 2003. Dissertação – Departamento de Serviço Social, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

SPOSATI, Aldaiza. “Globalização da Economia e Processos de Exclusão Social”. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I, Brasília, CEAD, 1999. P.59-76.

SPOSATI, Aldaiza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução na consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, anoXVIII, n.55, nov de 1997, p.9-38.

SPOSAT, Aldaiza. **Os direitos dos desassistidos sociais**. São Paulo: Cortez, 1989, p.18.

SILVA, Benedito. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1986.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez, Polemicas do Nosso Tempo, no.49, 1992, p. 9-26 e 76-98.

VIVOLT, Alejandro Rojo. **Considerações sobre a situação organizacional de entidades representantes de pessoas portadoras de deficiência**. CARLOS, H. Amado. A crise econômica na América Latina e o seu impacto na família e na infância: a resposta institucional. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- CORDE, 1994.

APÉNDICE A

PERGUNTAS REALIZADAS NAS ENTREVISTAS À PPDV

1) Local?

R:

2) Data?

R:

3) Horário?

R:

4) Nome?

R:

5) Idade?

R:

6) Naturalidade?

R:

7) Grau de escolaridade?

R:

8) Profissão?

R:

9) Localidade da residência?

R:

10) Desde de quando possui a deficiência visual.

R:

11) Sua deficiência visual é total ou parcial?

R:

12) Qual o motivo que causou a deficiência?

R:

13) Você conhece alguma lei referente a pessoa portadora de deficiência?

R:

14) Você acha que os direitos das pessoa portadoras de deficiência são cumpridos? Por que?

R:

15) Em algum momento da sua vida você teve que exigir que seus direitos fossem cumpridos?
Pode citar um exemplo?

R:

16) Qual sua sugestão para que os direitos referente a pessoa portadora de deficiência sejam garantidos?

R:



Procuram-se deficientes

Em meio ao desemprego geral, há trabalho para portadores de deficiência com boa escolaridade. É a lei, que começou a funcionar

RICARDO MENDONÇA

Enquanto quase 8 milhões de brasileiros estão desempregados, começam a sobrar vagas para um grupo que historicamente foi discriminado no mercado de trabalho: os portadores de deficiência. O fenômeno é recente. Foi percebido primeiro pelas entidades que atuam na área, depois pelos departamentos de recursos humanos das empresas e hoje já pode ser notado até em classificações de jornais. Empresas que tocam – e precisam – contratar um deficiente demoram meses para encontrá-lo. Visto de outra maneira, é possível afirmar que o tempo de espera de um portador de deficiência por uma colocação nunca foi tão baixo. “Há três anos um deficiente com ensino médio completo esperava oito meses por uma vaga.

Hoje, ele acha um emprego em cerca de duas semanas”, diz Marcelo Vitoriano, da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais.

Diferentemente do que essas afirmações possam dar a entender, os empregados não ficaram bonzinhos da noite para o dia. O que está ocorrendo é a adequação do mercado a uma regra antiga, mas que só agora começa a fazer efeito. Trata-se da lei que estabelece reserva de vagas para deficientes nas empresas com 100 ou mais empregados. Criada em 1991, ela só começou a funcionar no ano 2000, pois faltava re-

gulamentação. De maneira geral, diz que 2% dos cargos das empresas médias precisam ser preenchidos por deficientes. A cota vai subindo até chegar a 5% no caso daquelas com mais de 1.000 funcionários. A multa chega a R\$

50 mil. Essa regra é inspirada nas leis de países da Europa e dos Estados Unidos, que, diferentemente do Brasil, passaram por diversas guerras no século XX. Os conflitos produziram legiões de deficientes com poder de pressão, o que influenciou mais cedo os governos.

No Brasil, o principal motivo que

FALTA DE CANDIDATOS

Muitos nem sequer tentam procurar emprego

- Empresas com mais de 100 empregados precisam ter de 2% a 5% de deficientes
- O Censo contabiliza 23,5 milhões de portadores de deficiência acima de 10 anos
- Do total de deficientes, 62% estão desocupados, mas apenas 6% chegam a procurar trabalho

EM DIFERENÇA
surdo-mudo Orlando
gueira, operário
Autometal,
Diadema,
São Paulo,
produtividade
equivalente à
de colegas sem
deficiência. Nos
jornais, ofertas
de empregos

Portadores de Deficiência

Lojas Americanas oferece oportunidade para pessoas portadoras de deficiência que possuam o seguinte perfil:

- 2º grau completo
- Idade entre 18 e 30 anos

PARA MELHOR AVALIAR A ADEQUAÇÃO DO CANDIDATO À FUNÇÃO, FAVOR ESPECIFICAR NO CURRÍCULO O TIPO DE DEFICIÊNCIA.

Empresa multinacional, líder em serviços de atendimento ao consumidor em Call Center, está empenhada em recrutar

Portadores de Deficiência

para atuarem nas áreas de:

- SAC: atendimento telefônico aos consumidores de informações, reclamações e sugestões;
- Vendas: atendimento telefônico aos consumidores na apresentação e vendas ativas/receptivas de produtos;
- Técnico: atendimento telefônico aos consumidores para suporte em hardware, software, internet e telecom.

contribui para a falta de mão-de-obra de deficientes é a baixa qualificação. Apesar da falta de estatísticas confiáveis, sabe-se que a média de escolaridade desse grupo é ainda menor que a já baixíssima média nacional, de seis anos de estudo. "A geração de deficientes que hoje é beneficiada pela legislação no mercado não recebeu tratamento adequado quando tinha idade escolar", explica Vitoriano. "É por isso que a situação dos que têm estudo melhorou."

Outro motivo que explica a escassez de deficientes no mercado tem a ver com a auto-estima. Acostumados com a discriminação, convencidos de que dificilmente serão contratados e sabendo das dificuldades de deslocamento (a maioria das cidades não tem sequer ônibus adaptados), muitos nem procuram emprego. Isso pode ser constatado pelo Censo, que identificou 23,5 milhões de brasileiros com mais de 10 anos e alguma deficiência, seja ela auditiva, seja física, mental ou visual. Desse total, 38% tinham trabalho, mesmo não-remunerado, e 6% estavam procurando emprego. No caso dos não-deficientes, tanto o índice de ocupação quanto o de procura por vagas eram maiores: 50% e 9%. Significa que há proporcionalmente menos deficientes trabalhando e ainda assim a procura por emprego entre eles é menor.

O aumento da oferta de vagas para deficientes gera situações curiosas. Nas Lojas Americanas,

por exemplo, há dois casos de candidatos que se passaram por surdos para tentar se beneficiar da cota. A farsa só foi descoberta no exame médico. O chefe do departamento de RH, José Mauro de Barros, confirma a dificuldade para cumprir a lei. Com 7.600 funcionários, a rede teria de ter 380 portadores de deficiência, mas só tem 45. "Há dois anos eram 20. Estamos avançando, porém muito devagar", diz. Empresa cuja política é tida como exemplar, a fabricante de autopeças Autometal é um dos raros casos de companhia 100% adequada à lei. Com 992 funcionários, precisa reservar 40 postos para deficientes. Possui 41, em diversas áreas.

Ainda que a situação dê sinais de melhora, o Brasil continua sendo um terror para quem tem algum problema físico. Quem afirma com conhecimento de causa é Andressa Alves, de 20 anos, paraplégica, funcionária do Hospital Brasil, em Santo An-

dré, onde é responsável por monitorar 43 câmeras de segurança. No trabalho ela circula com desenvoltura e já conquistou o respeito dos colegas. Na rua, porém, continua sofrendo com buracos, falta de rebaixamento e irregularidade das calçadas. "É quase impossível sair sozinha ou usar transporte público", diz.

Um dos complicadores que dificultam a aplicação da lei é a ambiguidade de que ainda há na definição do tema. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, seria um deficiente pelo fato de não ter o dedo mínimo? Há controvérsias. A procuradora do Trabalho Adélia Domingues diz que não, pois amputação, nesse caso, não gera dificuldade para o trabalho. "Mas há médicos que discordam, alegando que se trata de uma alteração completa de um segmento do corpo", diz. A situação é similar à do míope que usa óculos com grau muito alto. Ele está no que seria a linha divisória do que pode e do que não pode ser classificado como deficiente. Se lhe faltasse o polegar, dedo fundamental para a manipulação de objetos, não haveria dúvida. Lula, a propósito, não aparece como deficiente nos registros da Previdência.

De todas as questões que dizem respeito ao problema, a que merece tratamento mais urgente é a do preconceito. Em reuniões com empresários para explicar a lei, sindicalistas e promotores dizem que ainda hoje ouvem aberrações como "não posso contratar um deficiente porque tenho o certificado de qualidade ISO-9000" ou "não podemos porque nossa empresa lida diretamente com o público". Enquanto isso não mudar, não haverá lei que dê conta da situação. ■

Foto: Otávio Dias de Oliveira/ÉPOCA



RESPEITO A supervisora Andressa circula bem pela empresa, mas na rua os problemas continuam

ANEXO B

DARCI DEBONA

▼ CONCÓRDIA

A vida dos deficientes visuais de Concórdia está ficando mais fácil a partir deste mês. Isso porque a prefeitura está investindo na colocação de lajotas com relevo, que servem de guia para os cegos.

Uma faixa contínua com a lajota especial já foi instalada no acesso à prefeitura, na Praça Dogelo Goss e em algumas ruas adjacentes.

O prefeito, Neodi Saretta, disse que o poder público está bancando a lajota especial para incentivar os moradores a modificarem e reformarem as calçadas. Além disso, o município está investindo na adaptação de rampas para portadores de necessidades especiais, inclusive na entrada do centro administrativo. "São obras de humanização da cidade", disse Saretta. Além disso, postes de sinaleira e telefones públicos foram deslocados para não interferirem no trajeto. O agricultor Jád Vitto, de 55 anos, comemorou a iniciativa. Ele disse que com a calçada guia fica mais fácil se deslocar pela cidade.

Atualmente morando na linha São Paulo, ele vai ao Centro duas vezes por semana e anda sozinho pela rua. Onde não há a calçada guia, Vitto tem que tatear o chão com a bengala para não bater em muros ou cair no meio-fio. Onde há a linha de orientação, pode até dispensar o uso da bengala.



BENEFÍCIOS: Jád Vitto comemorou a iniciativa e disse que facilitou locomoção

ANEXO C

Lei Nº 7.853 de 24 de outubro de 1989

Tipo: Lei Nº 7.853

Data Emissão: 24/10/1989

Órgão Emissor: Legislativo

Situação: Vigente

Data Publicação D.O.U.: 25/10/1989

Ementa

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Texto

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º - Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º - As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º - Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo Único - Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objeto desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - na área da saúde:

- a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;
- b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;
- c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;
- d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;
- e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;
- f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III - na área da formação profissional e do trabalho:

- a) o apoio governamental à formação profissional, à orientação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;
- b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;
- c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores público e privado, de pessoas portadoras de deficiência;
- d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV - na área de recursos humanos:

- a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;
- b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiência;
- c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;

V - na área das edificações:

- a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Art. 3º - As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º - Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.

§ 2º - As certidões e informações a que se refere o parágrafo anterior deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.

§ 3º - Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ 4º - Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e, salvo quando se tratar de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado da sentença.

§ 5º - Fica facultado aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações propostas por qualquer deles.

§ 6º - Em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos co-legitimados pode assumir a titularidade ativa.

Art. 4º - A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

§ 1º - A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

§ 2º - Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

Art. 5º - O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Art. 6º - O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 1º - Esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá fundamentalmente o arquivamento do inquérito civil, ou das peças informativas. Neste caso, deverá remeter a reexame os autos ou as respectivas peças, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, que os examinará, deliberando a respeito, conforme dispuser seu Regimento.

§ 2º - Se a promoção do arquivamento for reformada, o Conselho Superior do Ministério Público designará desde logo outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 7º - Aplicam-se à ação civil pública prevista nesta Lei, no que couber, os dispositivos da Lei Nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 8º - Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II - obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III - negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 9º - A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

§ 1º - Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.

§ 2º - Ter-se-ão como integrantes da Administração Pública Federal, para os fins desta Lei, além dos órgãos públicos, das autarquias, das empresas públicas e sociedades de economia mista, as respectivas subsidiárias e as fundações públicas.

Art. 10 - A coordenação, superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes às pessoas portadoras de deficiência, incumbirá a órgão subordinado à Presidência da República, dotado de autonomia administrativa e financeira, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos.

Parágrafo Único - A autoridade encarregada da coordenação superior mencionada no caput deste artigo caberá, principalmente, propor ao Presidente da República a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos da Administração Pública Federal.

Art. 11 - Fica reestruturada, como órgão autônomo, nos termos do artigo anterior, a Coordenadoria Nacional, para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde.

§ 1º - (Vetado).

§ 2º - O Coordenador contará com 3 (três) Coordenadores-Adjuntos, 4 (quatro) Coordenadores de Programas e 8 (oito) Assessores, nomeados em comissão, sob indicação do titular da Corde.

§ 3º - A Corde terá, também, servidores titulares de Funções de Assessoramento Superior (FAS) e outros requisitados a órgãos e entidades da Administração Federal.

§ 4º - A Corde poderá contratar, por tempo ou tarefa determinados, especialistas para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 12 - Compete à Corde:

I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência;

II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;

III - acompanhar e orientar a execução, pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;

VI - provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que trata esta lei, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade.

Parágrafo Único - Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 13 - (revogado pela Medida Provisória nº 1.799-6, de 10 de junho de 1999)

A Corde contará com o assessoramento de órgão colegiado, o Conselho Consultivo da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

§ 1º - A composição e o funcionamento do Conselho Consultivo da Corde serão disciplinados em ato do Poder Executivo. Incluir-se-ão no Conselho representantes de órgãos e de organizações ligados aos assuntos pertinentes à pessoa portadora de deficiência, bem como representante do Ministério Público Federal.

§ 2º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - apresentar sugestões para o encaminhamento dessa política;

III - responder a consultas formuladas pela Corde.

§ 3º - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, por iniciativa de 1/3 (um terço) de seus membros, mediante manifestação escrita, com antecedência de 10 (dez) dias, e deliberará por maioria de votos dos conselheiros presentes.

§ 4º - Os integrantes do Conselho não perceberão qualquer vantagem pecuniária, salvo as de seus cargos de origem, sendo considerados de relevância pública os seus serviços.

§ 5º - As despesas de locomoção e hospedagem dos conselheiros, quando necessárias, serão asseguradas pela Corde.

Art. 14 - (Vetado).

Art. 15 - Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgãos encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 16 - O Poder Executivo adotará, nos 60 (sessenta) dias posteriores à vigência desta Lei, as providências necessárias à reestruturação e ao regular funcionamento da Corde, como aquelas decorrentes do artigo anterior.

Art. 17 - Serão incluídas no senso demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Art. 18 - Os órgãos federais desenvolverão, no prazo de 12 (doze) meses contado da publicação desta lei, as ações necessárias à efetiva implantação das medidas indicadas no Art. 2º desta Lei.

Art. 19 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

José Sarney

João Batista de Abreu

Medida Provisória nº 1.799-6, de 10 de junho de 1999 - D.O.U. de 11 de junho de 1999

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição, ADOTA a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

...

Art. 15º Revoga-se o art. 13 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989,...

ANEXO D

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;
- e) acima de 91 db – surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual – acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;

- f) habilidades acadêmicas;
 - g) lazer; e
 - h) trabalho;
- V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

CAPÍTULO II

Dos Princípios

Art. 5º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios;

- I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;
- II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e
- III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;
- II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;
- III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;
- IV - viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas;
- V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e
- VI - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.

CAPÍTULO IV

Dos Objetivos

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- I - o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;
- II - integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, esporte e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;
- III - desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência;
- IV - formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência; e
- V - garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

CAPÍTULO V

Dos Instrumentos

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- I - a articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidades quanto ao atendimento da pessoa portadora de deficiência, em nível federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;
- II - o fomento à formação de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento da pessoa portadora de deficiência;
- III - a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados;
- IV - o fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos; e
- V - a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.

CAPÍTULO VI

Dos Aspectos Institucionais

Art. 9º Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta deverão conferir, no âmbito das respectivas competências e finalidades, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos à pessoa portadora de deficiência, visando a assegurar-lhe o pleno exercício de seus direitos básicos e a efetiva inclusão social.

Art. 10. Na execução deste Decreto, a Administração Pública Federal direta e indireta atuará de modo integrado e coordenado, seguindo planos e programas, com prazos e objetivos determinados, aprovados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE.

Art. 11. Ao CONADE, criado no âmbito do Ministério da Justiça como órgão superior de deliberação colegiada, compete:

- I - zelar pela efetiva implantação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- II - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência;
- III - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Ministério da Justiça, sugerindo as modificações necessárias à consecução da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- IV - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;
- V - acompanhar e apoiar as políticas e as ações do Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência;
- VII - propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência;
- VIII - aprovar o plano de ação anual da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE;
- IX - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e
- X - elaborar o seu regimento interno.

Art. 12. O CONADE será constituído, paritariamente, por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, sendo a sua composição e o seu funcionamento disciplinados em ato do Ministro de Estado da Justiça.

Parágrafo único. Na composição do CONADE, o Ministro de Estado da Justiça disporá sobre os critérios de escolha dos representantes a que se refere este artigo, observando, entre outros, a representatividade e a efetiva atuação, em nível nacional, relativamente à defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

Art. 13. Poderão ser instituídas outras instâncias deliberativas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, que integrarão sistema descentralizado de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

Art. 14. Incumbe ao Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, a coordenação superior, na Administração Pública Federal, dos assuntos, das atividades e das medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º No âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, compete à CORDE:

- I - exercer a coordenação superior dos assuntos, das ações governamentais e das medidas referentes à pessoa portadora de deficiência;
- II - elaborar os planos, programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;
- III - acompanhar e orientar a execução pela Administração Pública Federal dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;
- IV - manifestar-se sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;
- V - manter com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração das pessoas portadoras de deficiência;

VI - provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que trata a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade.

§ 2º Na elaboração dos planos e programas a seu cargo, a CORDE deverá:

I - recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas; e

II - considerar a necessidade de ser oferecido efetivo apoio às entidades privadas voltadas à integração social da pessoa portadora de deficiência.

CAPÍTULO VII

Da Equiparação de Oportunidades

Art. 15. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de deficiência os seguintes serviços:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social;

II - formação profissional e qualificação para o trabalho;

III - escolarização em estabelecimentos de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial; e

IV - orientação e promoção individual, familiar e social.

Seção I

Da Saúde

Art. 16. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela saúde devem dispensar aos assuntos objeto deste Decreto tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico, ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência, e à detecção precoce das doenças crônico-degenerativas e a outras potencialmente incapacitantes;

II - o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito e outros, bem como o desenvolvimento de programa para tratamento adequado a suas vítimas;

III - a criação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltada ao atendimento à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

IV - a garantia de acesso da pessoa portadora de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

V - a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao portador de deficiência grave não internado;

VI - o desenvolvimento de programas de saúde voltados para a pessoa portadora de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a inclusão social; e

VII - o papel estratégico da atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família na disseminação das práticas e estratégias de reabilitação baseada na comunidade.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, prevenção compreende as ações e medidas orientadas a evitar as causas das deficiências que possam ocasionar incapacidade e as destinadas a evitar sua progressão ou derivação em outras incapacidades.

§ 2º A deficiência ou incapacidade deve ser diagnosticada e caracterizada por equipe multidisciplinar de saúde, para fins de concessão de benefícios e serviços.

§ 3º As ações de promoção da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência deverão também assegurar a igualdade de oportunidades no campo da saúde.

Art. 17. É beneficiária do processo de reabilitação a pessoa que apresenta deficiência, qualquer que seja sua natureza, agente causal ou grau de severidade.

§ 1º Considera-se reabilitação o processo de duração limitada e com objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa com deficiência alcance o nível físico, mental ou social funcional ótimo, proporcionando-lhe os meios de modificar sua própria vida, podendo compreender medidas visando a compensar a perda de uma função ou uma limitação funcional e facilitar ajustes ou reajustes sociais.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, toda pessoa que apresente redução funcional devidamente diagnosticada por equipe multiprofissional terá direito a beneficiar-se dos processos de reabilitação necessários para corrigir ou modificar seu estado físico, mental ou sensorial, quando este constitua obstáculo para sua integração educativa, laboral e social.

Art. 18. Incluem-se na assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos complementam o atendimento, aumentando as possibilidades de independência e inclusão da pessoa portadora de deficiência.

Art. 19. Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Parágrafo único. São ajudas técnicas:

I - próteses auditivas, visuais e físicas;

II - órteses que favoreçam a adequação funcional;

III - equipamentos e elementos necessários à terapia e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;

IV - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;

V - elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência;

VI - elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;

VII - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;

VIII - adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e

IX - bolsas coletoras para os portadores de ostomia.

Art. 20. É considerado parte integrante do processo de reabilitação o provimento de medicamentos que favoreçam a estabilidade clínica e funcional e auxiliem na limitação da incapacidade, na reeducação funcional e no controle das lesões que geram incapacidades.

Art. 21. O tratamento e a orientação psicológica serão prestados durante as distintas fases do processo reabilitador, destinados a contribuir para que a pessoa portadora de deficiência atinja o mais pleno desenvolvimento de sua personalidade.

Parágrafo único. O tratamento e os apoios psicológicos serão simultâneos aos tratamentos funcionais e, em todos os casos, serão concedidos desde a comprovação da deficiência ou do início de um processo patológico que possa originá-la.

Art. 22. Durante a reabilitação, será propiciada, se necessária, assistência em saúde mental com a finalidade de permitir que a pessoa submetida a esta prestação desenvolva ao máximo suas capacidades.

Art. 23. Será fomentada a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, com periodicidade e abrangência adequadas, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades.

Seção II

Do Acesso à Educação

Art. 24. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;

II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;

IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;

V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano; e

VI - o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência.

§ 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.

§ 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano.

§ 4º A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas.

§ 5º Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade.

Art. 25. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Art. 26. As instituições hospitalares e congêneres deverão assegurar atendimento pedagógico ao educando portador de deficiência internado nessas unidades por prazo igual ou superior a um ano, com o propósito de sua inclusão ou manutenção no processo educacional.

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.

§ 2º O Ministério da Educação, no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa portadora de deficiência.

Art. 28. O aluno portador de deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

§ 1º A educação profissional para a pessoa portadora de deficiência será oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

§ 2º As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico à pessoa portadora de deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.

§ 3º Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de deficiência, em nível formal e sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados a determinada profissão ou ocupação.

§ 4º Os diplomas e certificados de cursos de educação profissional expedidos por instituição credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente terão validade em todo o território nacional.

Art. 29. As escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, tais como:

- I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;
- II - capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e
- III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

Seção III

Da Habilitação e da Reabilitação Profissional

Art. 30. A pessoa portadora de deficiência, beneficiária ou não do Regime Geral de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

Art. 31. Entende-se por habilitação e reabilitação profissional o processo orientado a possibilitar que a pessoa portadora de deficiência, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participar da vida comunitária.

Art. 32. Os serviços de habilitação e reabilitação profissional deverão estar dotados dos recursos necessários para atender toda pessoa portadora de deficiência, independentemente da origem de sua deficiência, desde que possa ser preparada para trabalho que lhe seja adequado e tenha perspectivas de obter, conservar e nele progredir.

Art. 33. A orientação profissional será prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades da pessoa portadora de deficiência, identificadas com base em relatório de equipe multiprofissional, que deverá considerar:

- I - educação escolar efetivamente recebida e por receber;
- II - expectativas de promoção social;
- III - possibilidades de emprego existentes em cada caso;
- IV - motivações, atitudes e preferências profissionais; e
- V - necessidades do mercado de trabalho.

Seção IV

Do Acesso ao Trabalho

Art. 34. É finalidade primordial da política de emprego a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

Parágrafo único. Nos casos de deficiência grave ou severa, o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo poderá ser efetivado mediante a contratação das cooperativas sociais de que trata a Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999.

Art. 35. São modalidades de inserção laboral da pessoa portadora de deficiência:

- I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;
- II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e
- III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

§ 1º As entidades beneficentes de assistência social, na forma da lei, poderão intermediar a modalidade de inserção laboral de que tratam os incisos II e III, nos seguintes casos:

- I - na contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa portadora de deficiência física, mental ou sensorial; e
- II - na comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida de produção ou terapêutica.

§ 2º Consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

§ 3º Consideram-se apoios especiais a orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.

§ 4º Considera-se oficina protegida de produção a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescente e adulto portador de deficiência, provendo-o com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal relativa.

§ 5º Considera-se oficina protegida terapêutica a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto que devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção.

§ 6º O período de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida terapêutica não caracteriza vínculo empregatício e está condicionado a processo de avaliação individual que considere o desenvolvimento biopsicosocial da pessoa.

§ 7º A prestação de serviços será feita mediante celebração de convênio ou contrato formal, entre a entidade beneficente de assistência social e o tomador de serviços, no qual constará a relação nominal dos trabalhadores portadores de deficiência colocados à disposição do tomador.

§ 8º A entidade que se utilizar do processo de colocação seletiva deverá promover, em parceria com o tomador de serviços, programas de prevenção de doenças profissionais e de redução da capacidade laboral, bem assim programas de reabilitação caso ocorram patologias ou se manifestem outras incapacidades.

Art. 36. A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I - até duzentos empregados, dois por cento;
- II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;
- III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou
- IV - mais de mil empregados, cinco por cento.

§ 1º A dispensa de empregado na condição estabelecida neste artigo, quando se tratar de contrato por prazo determinado, superior a noventa dias, e a dispensa imotivada, no contrato por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.

§ 2º Considera-se pessoa portadora de deficiência habilitada aquela que concluiu curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada, legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente, ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 3º Considera-se, também, pessoa portadora de deficiência habilitada aquela que, não tendo se submetido a processo de habilitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função.

§ 4º A pessoa portadora de deficiência habilitada nos termos dos §§ 2º e 3º deste artigo poderá recorrer à intermediação de órgão integrante do sistema público de emprego, para fins de inclusão laboral na forma deste artigo.

§ 5º Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como instituir procedimentos e formulários que propiciem estatísticas sobre o número de empregados portadores de deficiência e de vagas preenchidas, para fins de acompanhamento do disposto no **caput** deste artigo.

Art. 37. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 38. Não se aplica o disposto no artigo anterior nos casos de provimento de:

- I - cargo em comissão ou função de confiança, de livre nomeação e exoneração; e
- II - cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena do candidato.

Art. 39. Os editais de concursos públicos deverão conter:

- I - o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa portadora de deficiência;
- II - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;
- III - previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme a deficiência do candidato; e
- IV - exigência de apresentação, pelo candidato portador de deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

Art. 40. É vedado à autoridade competente obstar a inscrição de pessoa portadora de deficiência em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Federal direta e indireta.

§ 1º No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

§ 2º O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

Art. 41. A pessoa portadora de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas neste Decreto, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

- I - ao conteúdo das provas;
- II - à avaliação e aos critérios de aprovação;
- III - ao horário e ao local de aplicação das provas; e
- IV - à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Art. 42. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

Art. 43. O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.

§ 1º A equipe multiprofissional emitirá parecer observando:

I - as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;

II - a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo ou da função a desempenhar;

III - a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;

IV - a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; e

V - a CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

§ 2º A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do candidato durante o estágio probatório.

Art. 44. A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho do candidato portador de deficiência obedecerá ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 45. Serão implementados programas de formação e qualificação profissional voltados para a pessoa portadora de deficiência no âmbito do Plano Nacional de Formação Profissional - PLANFOR.

Parágrafo único. Os programas de formação e qualificação profissional para pessoa portadora de deficiência terão como objetivos:

I - criar condições que garantam a toda pessoa portadora de deficiência o direito a receber uma formação profissional adequada;

II - organizar os meios de formação necessários para qualificar a pessoa portadora de deficiência para a inserção competitiva no mercado laboral; e

III - ampliar a formação e qualificação profissional sob a base de educação geral para fomentar o desenvolvimento harmônico da pessoa portadora de deficiência, assim como para satisfazer as exigências derivadas do progresso técnico, dos novos métodos de produção e da evolução social e econômica.

Seção V

Da Cultura, do Desporto, do Turismo e do Lazer

Art. 46. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo e pelo lazer dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - promover o acesso da pessoa portadora de deficiência aos meios de comunicação social;

II - criar incentivos para o exercício de atividades criativas, mediante:

a) participação da pessoa portadora de deficiência em concursos de prêmios no campo das artes e das letras; e

b) exposições, publicações e representações artísticas de pessoa portadora de deficiência;

III - incentivar a prática desportiva formal e não-formal como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social;

IV - estimular meios que facilitem o exercício de atividades desportivas entre a pessoa portadora de deficiência e suas entidades representativas;

V - assegurar a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde o nível pré-escolar até à universidade;

VI - promover a inclusão de atividades desportivas para pessoa portadora de deficiência na prática da educação física ministrada nas instituições de ensino públicas e privadas;

VII - apoiar e promover a publicação e o uso de guias de turismo com informação adequada à pessoa portadora de deficiência; e

VIII - estimular a ampliação do turismo à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transporte.

Art. 47. Os recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura financiarão, entre outras ações, a produção e a difusão artístico-cultural de pessoa portadora de deficiência.

Parágrafo único. Os projetos culturais financiados com recursos federais, inclusive oriundos de programas especiais de incentivo à cultura, deverão facilitar o livre acesso da pessoa portadora de deficiência, de modo a possibilitar-lhe o pleno exercício dos seus direitos culturais.

Art. 48. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, promotores ou financiadores de atividades desportivas e de lazer, devem concorrer técnica e financeiramente para obtenção dos objetivos deste Decreto.

Parágrafo único. Serão prioritariamente apoiadas a manifestação desportiva de rendimento e a educacional, compreendendo as atividades de:

- I - desenvolvimento de recursos humanos especializados;
- II - promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais;
- III - pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação; e
- IV - construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas e de lazer.

CAPÍTULO VIII

Da Política de Capacitação de Profissionais Especializados

Art. 49. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, responsáveis pela formação de recursos humanos, devem dispensar aos assuntos objeto deste Decreto tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

- I - formação e qualificação de professores de nível médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional;
- II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa portadora de deficiência; e
- III - incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.

CAPÍTULO IX

Da Acessibilidade na Administração Pública Federal

Art. 50. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta adotarão providências para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências, à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitando a construção de novas barreiras.

Art. 51. Para os efeitos deste Capítulo, consideram-se:

- I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:
 - a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
 - b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
 - c) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;
- III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tenha limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio ambiente e de utilizá-lo;
- IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico; e
- V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

Art. 52. A construção, ampliação e reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo por órgãos da Administração Pública Federal deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

- I - nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, serão reservados dois por cento do total das vagas à pessoa portadora de deficiência ou com

mobilidade reduzida, garantidas no mínimo três, próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado segundo as normas da ABNT;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, cumprirá os requisitos de acessibilidade;

IV - pelo menos um dos elevadores deverá ter a cabine, assim como sua porta de entrada, acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, em conformidade com norma técnica específica da ABNT; e

V - os edifícios disporão, pelo menos, de um banheiro acessível para cada gênero, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 53. As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Art. 54. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, no prazo de três anos a partir da publicação deste Decreto, deverão promover as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios e espaços de uso público e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

CAPÍTULO X

Do Sistema Integrado de Informações

Art. 55. Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, sob a responsabilidade da CORDE, com a finalidade de criar e manter bases de dados, reunir e difundir informação sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência e fomentar a pesquisa e o estudo de todos os aspectos que afetem a vida dessas pessoas.

Parágrafo único. Serão produzidas, periodicamente, estatísticas e informações, podendo esta atividade realizar-se conjuntamente com os censos nacionais, pesquisas nacionais, regionais e locais, em estreita colaboração com universidades, institutos de pesquisa e organizações para pessoas portadoras de deficiência.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 56. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, com base nas diretrizes e metas do Plano Plurianual de Investimentos, por intermédio da CORDE, elaborará, em articulação com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, o Plano Nacional de Ações Integradas na Área das Deficiências.

Art. 57. Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, comissão especial, com a finalidade de apresentar, no prazo de cento e oitenta dias, a contar de sua constituição, propostas destinadas a:

I - implementar programa de formação profissional mediante a concessão de bolsas de qualificação para a pessoa portadora de deficiência, com vistas a estimular a aplicação do disposto no art. 36; e

II - propor medidas adicionais de estímulo à adoção de trabalho em tempo parcial ou em regime especial para a pessoa portadora de deficiência.

Parágrafo único. A comissão especial de que trata o caput deste artigo será composta por um representante de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I - CORDE;

II - CONADE;

III - Ministério do Trabalho e Emprego;

IV - Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério dos Transportes;

VII - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e

VIII - INSS.

Art. 58. A CORDE desenvolverá, em articulação com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, programas de facilitação da acessibilidade em sítios de interesse histórico, turístico, cultural

e desportivo, mediante a remoção de barreiras físicas ou arquitetônicas que impeçam ou dificultem a locomoção de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 59. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

Art. 60. Ficam revogados os Decretos n.ºs 93.481, de 29 de outubro de 1986, 914, de 6 de setembro de 1993, 1.680, de 18 de outubro de 1995, 3.030, de 20 de abril de 1999, o § 2º do art. 141 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999, e o Decreto n.º 3.076, de 1º de junho de 1999.

Brasília, 20 de dezembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República

ANEXO E

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-6 DE 10 DE JUNHO DE 1999 D.O.U. de 11 de junho de 1999

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição, ADOTA a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

...

Art. 16º - Integram a estrutura básica:

IX - do Ministério da Justiça a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Trânsito, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo dos Direitos Difusos, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a Ouvidoria-Geral das Polícias Federais, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Arquivo Nacional, A Imprensa Nacional, a Ouvidoria-Geral da República, a Defensoria Pública da União e até quatro secretarias;

...

Art. 15º Revoga-se o art. 13 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, ...

ANEXO F

Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993.

Institui a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, alterada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990,

DECRETA:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é o conjunto de orientações normativas, que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus princípios, diretrizes e objetivos obedecerão ao disposto na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e ao que estabelece este Decreto.

Art. 3º Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência norteia-se-á pelos seguintes princípios:

- I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;
- II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais, que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;
- III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Capítulo III

DAS DIRETRIZES

Art. 5º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência;
- II - adotar estratégias de articulação com órgãos públicos e entidades privadas, bem como com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;
- III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas a educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer;
- IV - viabilizar a participação das pessoas portadoras de deficiência em todas as fases de implementação desta Política, por intermédio de suas entidades representativas;
- V - ampliar as alternativas de absorção econômica das pessoas portadoras de deficiência;

VI - garantir efetivo atendimento à pessoa portadora de deficiência, sem o indesejável cunho de assistência protecionista;

VII - promover medidas visando à criação de empregos, que privilegiem atividades econômicas de absorção de mão-de-obra de pessoas portadoras de deficiência;

VIII - proporcionar ao portador de deficiência qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho.

Capítulo IV

DOS OBJETIVOS

Art. 6º São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;

II - integração das ações dos órgãos públicas e entidades privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte e assistência social, visando à prevenção das deficiências e à eliminação de suas múltiplas causas;

III - desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência;

IV - apoio à formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência;

V - articulação de entidades governamentais e não-governamentais, em nível Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, visando garantir efetivamente aos programas de prevenção, de atendimento especializado e de integração social.

Capítulo V

DOS INSTRUMENTOS

Art. 7º São instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - a articulação entre instituições governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidades quanto ao atendimento das pessoas com deficiência, em todos os níveis, visando garantir a efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de integração social, bem como a qualidade do serviço ofertado, evitando ações paralelas e dispersão de esforços e recursos;

II - o fomento à formação de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento das pessoas portadoras de deficiência;

III - a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamenta a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV - o fomento ao aperfeiçoamento da tecnologia dos equipamentos de auxílio utilizados por pessoas portadoras de deficiência, bem como a criação de dispositivos que facilitem a importação de equipamentos;

V - a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente às pessoas portadoras de deficiência.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O Ministério do Bem-Estar Social, por intermédio da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, providenciará a ampla divulgação desta Política, objetivando a conscientização da sociedade brasileira.

Art. 9º Os Ministros de Estado aprovarão os planos, programas e projetos de suas respectivas áreas, em consonância com a Política Nacional para a integração de Pessoa Portadora de Deficiência, estabelecida por este Decreto.

Art. 10º Caberá à CORDE a coordenação superior de todos os assuntos, ações governamentais e medidas referentes à política voltada para as pessoas portadoras de deficiência, em articulação com os órgãos da Administração Pública Federal.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 06 de setembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Jutahy Magalhães Júnior

ANEXO G

LEI Nº 12.698, DE 29 DE OUTUBRO DE 2003.

Determina aos estabelecimentos bancários situados no território do Estado de Santa Catarina, a disponibilização de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam obrigados os estabelecimentos bancários situados no território do Estado de Santa Catarina, a disponibilizar assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos.

§ 1º A quantidade de assentos disponíveis deverá ser suficiente para que, durante o horário de funcionamento, todos os usuários da fila especial possam estar assentados.

§ 2º Os estabelecimentos bancários afixarão em local visível, cartaz, placa ou qualquer outro meio equivalente indicando a localização, e a destinação dos assentos.

Art. 2º Os estabelecimentos bancários que descumprirem a presente Lei ficarão sujeitos a sanções que serão estabelecidas em regulamento.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em noventa dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 29 de outubro de 2003.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO H

LEI Nº 12.644, DE 21 DE JULHO DE 2003.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em braile em hotéis, restaurantes, bares e similares no Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os hotéis, restaurantes, bares e similares, estabelecidos em Santa Catarina, que possuam cardápios como meios informativos de seus produtos aos clientes, obrigados a produzir e dispor de exemplar na linguagem em braile, para o atendimento às necessidades dos deficientes visuais.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei considera-se cardápio como sendo encarte que contenha o rol de produtos oferecidos normalmente aos clientes desses estabelecimentos.

Art. 2º As empresas relacionadas pela obrigação imposta por esta Lei terão o prazo máximo de cento e vinte dias para adequarem-se ao preceito nela contido.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo Estadual a regulamentação da presente Lei onde deverão constar as sanções pelo seu descumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de julho de 2003.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO I

LEI Nº 12.587, DE 16 DE JUNHO DE 2003.

Dispõe sobre a preferência na aquisição de unidades habitacionais populares, para portadores de deficiência física permanente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os programas de construção de habitações populares financiados pelo Poder Público ou que contenham recursos orçamentários do Estado obedecerão ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Serão reservadas, preferencialmente, a pessoas portadoras de deficiência física permanente, 10% (dez por cento) das unidades habitacionais construídas pelos programas a que se refere esta Lei.

Art. 3º São condições para o exercício do direito de preferência mencionado no artigo anterior:

I - ser portador de deficiência física permanente, comprovada por laudo médico oficial;

II - ser residente e domiciliado, há pelo menos três anos no município em que pretende adquirir unidade habitacional;

III - não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural; e

IV - enquadrar-se na população economicamente carente à qual se destinar o programa.

Art. 4º Para exercer seu direito de preferência, o interessado deverá apresentar requerimento ao órgão público competente, por meio do qual manifestará, de forma inequívoca, sua vontade.

Art. 5º Caso o número de portadores de deficiência física inscritos não alcance o limite previsto no art. 2º desta Lei, as unidades habitacionais excedentes poderão ser alienadas segundo os critérios estabelecidos em lei ou em regulamento.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 16 de junho de 2003.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

ANEXO J

LEI Nº 1.162, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a gratuidade do transporte intermunicipal às pessoas deficientes.

O Deputado Ivan Ranzolin, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, de conformidade com o § 7º, do artigo 54, da Constituição do Estado, promulga a seguinte Lei:

Art.1º – Fica assegurada às pessoas portadoras de deficiência, a gratuidade do transporte coletivo nas linhas intermunicipais de características urbanas no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único – O benefício de que trata o "caput" deste artigo será concedido ao usuário credenciado pela Fundação Catarinense de Educação Especial ou pelas associações das diversas categorias de deficientes.

Art.2º – O Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, baixará decreto regulamentando a presente Lei.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga verde, em Florianópolis, 30 de novembro de 1993.

Deputado Ivan Ranzolin

Presidente

ANEXO K**LEI Nº 8.589, DE 11 DE MAIO DE 1992.**

Dispõe sobre isenção do pagamento de taxas e/ou emolumentos para obtenção de documentos junto a repartições públicas estaduais, às pessoas portadoras de deficiências físicas ou que tenham atingido a idade mínima prevista para fins de aposentadoria.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As pessoas portadoras de deficiências físicas e as que tenham atingido a idade limite prevista para aposentadoria, ficam isentas do pagamento de taxas e/ou emolumentos estaduais destinados ao fornecimento de:

- a) (VETADO);
- b) (VETADO);
- c) Certidão de Casamento e suas segundas vias;
- d) Certidão de Nascimento e segundas vias;
- e) Procurações;
- f) Autenticação de documentos;
- g) Reconhecimento de firmas.

Parágrafo Único - As isenções se referem a documentos próprios dos beneficiados pela presente Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 11 de maio de 1992.

VILSON PEDRO KLEINÜBING

Governador do Estado

ANEXO L

LEI Nº 8.295, DE 8 DE JULHO DE 1991.

Assegura direito preferencial de atendimento ao idoso ou deficiente .

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Às pessoas idosas ou deficientes é assegurado o direito de preferência de atendimento, nos seguintes estabelecimentos:

I - repartições públicas, autarquias e **fundações; (grifos nossos)**

II - hospitais, laboratórios de análises clínicas e postos de saúde;

III - agências bancárias.

Parágrafo único - Exemplar desta Lei deverá ser afixado em local visível ao público usuário dos estabelecimentos enumerados neste artigo.

Art. 2º - O atendimento preferencial de que trata o artigo anterior, será garantido pelas chefias dos servidores ou funcionários, que mantêm contato direto com o público.

Art. 3º - Consideram-se idosas para efeito desta Lei, as pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 8 de julho de 1991.

VILSON PEDRO KLEINUBING

Governador do Estado

ANEXO M**LEI Nº 8.220, DE 3 DE JANEIRO DE 1991.**

"Dispõe sobre o transporte intermunicipal às pessoas deficientes, às gestantes e ao idoso".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EM EXERCÍCIO,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam as empresas concessionárias de transporte coletivos de linhas intermunicipais de características urbanas no Estado de Santa Catarina, obrigados a destinar em cada ônibus, quatro (04) assentos para o uso exclusivo de pessoas portadoras de deficiências, gestantes e idosos.

Parágrafo único - As empresas deverão sinalizar os referidos assentos para que sejam facilmente reconhecidos pelos usuários.

Art. 2º - As pessoas de que trata o artigo anterior, poderão acessar aos veículos pela porta de saída.

Art. 3º - Os assentos de que se refere esta lei, deverão estar situados de maneira que da melhor forma possível, sejam acessíveis a quem de direito.

Art. 4º - O órgão Estadual responsável pelo controle e fiscalização das empresas de transporte coletivo no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Lei, regulamentará os dispositivos estabelecidos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 3 de janeiro de 1991.

HEITOR LUIZ SCHE

Governador do Estado, em exercício.

ANEXO N**LEI Nº 8.038, DE 18 DE JULHO DE 1990.**

"Concede benefício a estudante e portador de deficiência física".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O estudante que, para se deslocar ao estabelecimento de ensino em que é matriculado, utilizar qualquer meio de transporte fluvial, lacustre ou marítimo, como balsa, ferry-boat, canoa ou similar, de propriedade do Estado, dos Municípios ou privada, mas que funcione por concessão e com fiscalização do Poder Público, gozará de 50% (cinquenta por cento) de abatimento no valor de seus passes.

Art. 2º - O portador de deficiência física poderá utilizar gratuitamente os meios de transporte mencionados no artigo anterior.

Art. 3º - Para fazer jus ao benefício, o interessado comprovará, através de documento hábil, ser estudante devidamente matriculado ou portador de deficiência física.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 18 de julho de 1990.

CASILDO MALDANER

Governador do Estado

Publicado no Diário Oficial de 23.07.90

ANEXO O**DECRETO Nº 14.316, DE 16 DE JUNHO 1981.****Permite o ingresso no serviço público de pessoas parcialmente incapacitadas.**

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado.

Considerando ser este o "Ano Internacional das Pessoas Deficientes", instituído pela Resolução nº 31/123, da Assembléia Geral das Nações Unidas;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, especialmente mediante a "proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho, ao serviço público e a salários";

Considerando que o Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970), em seus artigos 19 e 30, inciso VI, tratando do requisito da aprovação em exame de saúde, para efeito de nomeação e posse, ressalva "os casos de incapacidade física parcial que, de acordo com a lei, não impeçam o exercício do cargo";

DECRETA:

Art. 1º - É permitida a inscrição em concurso público ou prova de seleção para ingresso na administração pública estadual, direta e indireta, e nos órgãos instituídos e mantidos pelo Estado, em cargos, funções e empregos compatíveis com a sua deficiência física, de pessoas acometidas de qualquer espécie de incapacidade parcial, inclusive cegas.

Art. 2º - O laudo oficial de exame de saúde, para fins de nomeação e posse nos termos dos artigos 19 e 30, inciso VI, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, deverá declarar por expresse a natureza da incapacidade parcial e sua compatibilidade com o cargo ou função a ser exercida pelo candidato.

Art. 3º - Não constituirão motivo de aposentadoria de que trata o artigo 100, item I, alínea "c", do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, a cegueira, a paralisia ou outra forma de incapacidade considerada parcial para o efeito de permitir o exercício do cargo ao serviço habilitado nas condições deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 16 de junho de 1981.

JORGE KONDER BORNHAUSEN

Publicado no Diário Oficial de 17.06.81

ANEXO P**LEI COMPLEMENTAR Nº 620, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2001.
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

Torna obrigatório o fornecimento por parte de Shopping Centers e similares de cadeira de rodas para utilização de deficientes físicos, idosos, pessoas com dificuldade de locomoção e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58, §§ 3º e 7º da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, promulga a Seguinte Lei:

1º É obrigatório o fornecimento, em todo o município de Florianópolis, por parte de Shopping Centers e similares, de cadeiras de roda para utilização de deficientes físicos, idosos e pessoas com dificuldade de locomoção, quando em trânsito pelo estabelecimento.

Art. 2º O fornecimento das cadeiras de rodas a que aduz o artigo anterior será gratuito.

Art. 3º Os Shoppings Centers e similares deverão afixar cartazes dentro dos seus estabelecimentos, indicando os lugares onde serão fornecidos as cadeiras de roda para os usuários.

Art 4º O infrator da presente Lei, fica sujeito a multa diária de 500 (quinhentos) UFIRS, sem prejuízo de outras sanções legais.

Art 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Florianópolis, em 07 de dezembro de 2001.

VEREADOR JAIME TONELLO PRESIDENTE

ANEXO Q

LEI COMPLEMENTAR Nº 597, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

Determina a obrigatoriedade do uso do símbolo internacional de acesso à pessoa portadora de deficiências, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58, §§ 5º e 7º da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica obrigatório a todos os órgãos públicos municipais e estabelecimentos privados de acesso público, a utilização do símbolo internacional de acesso, nos exatos termos da Lei Federal nº 7.405/85.

Art. 2º - Todos os estabelecimentos que sejam de acesso ao público, tais como supermercados, cinemas, teatros, museus, casas de diversão e espetáculos, hospitais e órgãos públicos, além de deverem utilizar o símbolo referido no artigo 1º desta Lei, devem assegurar um local especial para estacionamento, embarque e desembarque das pessoas portadoras de deficiência, nas especificações legais já existentes.

Art. 3º - Os estabelecimentos deverão obrigatoriamente destinar espaços, à frente dos locais mencionados nesta Lei, seguindo as seguintes especificações:

I - preferencialmente localizadas ao lado esquerdo da via pública, para facilitar o desembarque das pessoas portadoras de deficiência;

II - nos casos de estacionamento ao lado direito da via pública, deverá ser efetuado um recuo para estacionamento, de modo a tornar possível o desembarque, sem prejuízo ao trânsito e sem risco à pessoa portadora de deficiência.

Art. 4º - Estas especificações deverão ser consideradas para a concessão de alvará de funcionamento, e sua inobservância poderá ocasionar seu indeferimento.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Florianópolis, em 11 de setembro de 2001.

Vereador Jaime Tonello

ANEXO R

LEI COMPLEMENTAR Nº 522, DE 22 DE MARÇO DE 2001.

Assegura matrícula para o aluno portador de deficiência locomotora na escola municipal mais próxima de sua residência.

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58, §§ 5º e 7º da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurada matrícula para o aluno portador de deficiência locomotora na escola municipal mais próxima de sua residência.

Art. 2º O aluno portador de deficiência locomotora apresentará documento comprobatório de residência no município instantâneo que fizer a solicitação da matrícula.

Art. 3º A escola solicitará atestado médico para comprovar a deficiência alegada.

Art. 4º As escolas garantirão a permanência de alunos com deficiência locomotora, ficando assegurado prontamente sua matrícula, priorizando a adequação dos seus espaços físicos para o devido acolhimento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

DOE – 26.03.2001

Câmara Municipal de Florianópolis, em 22 de março de 2001.

VEREADOR JAIME TONELLO

PRESIDENTE

ANEXO S

LEI Nº 5.189, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1997.

Dispõe sobre a permanência e ingresso de cães guia nos locais que especifica.

Faço saber a todos os habitantes do município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os cães guias, quando acompanhados de pessoas portadoras de deficiência visual, de pessoa portadora de deficiência física ou de treinador ou acompanhante habilitado, poderão ingressar e permanecer em qualquer local público, meio de transporte ou de qualquer estabelecimento comercial, industrial, de serviços ou de promoção, proteção e recuperação da saúde, desde que os acompanhantes sujeitem-se a obedecer qualquer condição sensata imposta pelo proprietário ou responsável.

§ 1º - Atenta contra os direitos humanos a pessoa que impede qualquer outra pessoa que dependa de um cão guia a ter acesso a locais públicos, meios de transporte ou estabelecimentos aos quais outros membros do público têm direito ou permissão ao acesso ou lhes esteja à disposição.

§ 2º - O estabelecimento, empresa ou órgão que der causa a discriminação será punido com pena de interdição, até que cesse a discriminação, podendo cumular com pena de multa.

Art. 2º - Para fins desta lei, entende-se por:

- a) Cão Guia: o cão guia que tenha obtido certificado de uma Escola filiada e aceita pela Federação Internacional de Escola de Cães Guia para Cegos, que esteja a serviço de uma pessoa portadora de deficiência ou em estágio de treinamento.
- b) Local Público: local que seja aberto ao público e/ou utilizado pelo público, cujo acesso seja gratuito ou mediante pagamento de taxa para ingresso.
- c) Estabelecimento: propriedade privada sujeito ao cumprimento das normas e posturas municipais.

Art. 3º - É admitida a posse, guarda ou abrigo de animais domésticos como cachorros, gatos, aves e outros em zona urbana e residencial, desde que os canis, terrenos ou áreas utilizadas sejam mantidas limpas e desinfetadas.

Parágrafo Único - Nos condomínios abertos ou fechados em que o cão guia se encontrar a serviço de pessoa portadora de deficiência ou estar em fase de treinamento terá acesso a todas as dependências de uso comum dos condôminos.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a baixar decreto regulamento a presente Lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, em Florianópolis, aos 03 de novembro de 1997.

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU

Prefeita Municipal

DOE - 04.11.97

ANEXO T

LEI Nº 4.965, DE 26 DE AGOSTO DE 1996.

Regulamenta o art. 147, inciso v, alíneas "a" e "b" da Lei Orgânica do Município que dispõe sobre a reserva de cargos e empregos públicos destinados a pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei,

Art. 1º. - Fica estabelecido em 10% (dez por cento) o percentual reservado às pessoas portadoras de deficiência nos cargos e empregos públicos do Município.

§ 1º. - É facultativo atender o que determina este artigo nos cargos cuja totalidade absoluta, no quadro de funcionários do Município, atingem um número inferior a cinco funcionários.

§ 2º. - A deficiência física, mental, auditiva e visual somente constituirá causa impeditiva para o ingresso no serviço público municipal, quando se tratar de cargo ou função cujas atribuições essenciais forem consideradas incompatíveis com o tipo ou grau de deficiência de que é portador o candidato.

§ 3º. - Quando o cálculo para a definição da quantidade de vagas num número fracionário, adotar-se-á o seguinte critério:

I - O arredondamento para o número inteiro imediatamente superior quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos).

II - O arredondamento para o número inteiro imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Art. 2º. As vagas reservadas a portadores de deficiência que não venham a ser preenchidas passam, automaticamente, a ser ocupadas pelos demais candidatos aprovados conforme a ordem de classificação.

Art. 3º. - Fica criada a comissão de seleção para portadores de deficiência física, vinculada a Secretaria Municipal de Administração, à qual compete:

I - definir quanto a compatibilidade entre as atribuições e tarefas inerentes ao cargo ou função e ao tipo ou grau de deficiência de que é portador o candidato observados os seguintes critérios:

- a) As informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
- b) As condições individuais do candidato;
- c) A natureza das tarefas e atribuições próprias do cargo e função;
- d) Viabilidade quanto a introdução de adaptações no ambiente de trabalho e nas tarefas a serem desempenhadas, bem como nos métodos, técnicas e instrumentos empregados;
- e) A classificação da OMS (Organização Mundial de Saúde) e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

II - Propor a Administração Municipal a atualização de meios ou de formas de seleção especialmente adaptadas às condições resultantes da deficiência de que é portador o candidato.

III - Solicitar exame adicional caso julgar as informações insuficientes para a decisão.

Art. 4º. - A Comissão de seleção para portadores de deficiência será constituída por sete membros designados para um período de dois anos, admitida a recondução, com a seguinte composição:

- I - 01 (um) médico especializado em saúde ocupacional;
- II - 01 (um) servidor da área de recursos humanos, especializado em recrutamento e seleção;
- III - 01 (um) servidor especializado em educação especial que exerça atividade junto a rede municipal de ensino;

IV - 04 (quatro) representantes indicados por entidades portadores de deficiência, em regular funcionamento, contemplado, cada área de deficiência, sendo que, no caso da deficiência mental, a indicação poderá ser feita por entidade de auxílio e apoio.

Art. 5º. No ato da inscrição, que será feita em formulários próprios para cada tipos de deficiência física, o candidato declarará a sua condição de portador de deficiência, afim de que os casos sejam analisados pela Comissão de Seleção.

Art. 6º. A deficiência física, mental, auditiva ou visual de que era portador o candidato, ao ingressar no serviço público municipal, não poderá ser invocada como causa para aposentadoria.

Art. 7º. - As conclusões constantes de parecer emitido pela Comissão de Seleção para Portadores de Deficiência não substituem nem suprem o estágio probatório.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em Florianópolis, aos 26 de agosto de 1996.

SÉRGIO JOSÉ GRANDO

Prefeito Municipal

ANEXO U

LEI Nº 3.969, DE 13 DE JANEIRO DE 1993.

Dispõe sobre a gratuidade no transporte coletivo da municipalidade para deficientes físicos.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores do Município aprovou e eu sanciono a seguinte lei municipal,

Art. 1º - Ficam as Empresas Permissionárias de Transporte Coletivo da Municipalidade, obrigadas a permitirem o acesso gratuito pela porta de saída de passageiros aos deficientes físicos.

Art. 2º - A gratuidade de que trata o Art. 1º será concedida aos portadores de deficiência permanente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 13 de Janeiro de 1993.

SÉRGIO JOSÉ GRANDO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO V

LEI Nº 2.153, DE 24 DE OUTUBRO DE 1984.

Assegura direitos às pessoas deficientes, e dá outras providências.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei regula os direitos das pessoas deficientes assegurando-lhes a melhoria de sua condição social e econômica no âmbito do Município de Florianópolis.

Art. 2º Considera-se <Pessoa Deficiente>, para os efeitos desta Lei, toda pessoa incapaz de assegurar, por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades individuais e a participação ativa na sociedade, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Art. 3º Às pessoas deficientes assiste o direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento físico-territorial, econômico e social, devendo as organizações destinadas à proteção dos deficientes, ser sempre consultadas sobre assuntos de interesse dos mesmos.

Art. 4º Fazem parte integrante desta Lei os anexos, fornecendo os modelos das proposições e exigências a serem obedecidas.

CAPÍTULO II

Dos Veículos de Transportes

Art. 5º As empresas concessionárias ou permissionárias de transporte coletivo do Município devem viabilizar a colocação de rampas nas portas dianteiras dos veículos, quando as mesmas tiverem a largura média prevista no artigo 10 desta Lei, bem como reservar local para os deficientes físicos, conforme modelo n. 1, do anexo, desta Lei.

§ 1º Os assentos para os deficientes físicos deverão ser localizados na parte dianteira dos veículos, para não haver necessidade de passagem pelas roletas, com o embarque e desembarque sendo efetuado pela porta dianteira.

§ 2º O Executivo Municipal, em prazo de 30 (trinta) dias, regulamentará por decreto, o projeto da rampa que deverá ser móvel e localizada no interior de cada veículo, a que se refere o "caput" deste artigo, e providenciará a divulgação às empresas concessionárias ou permissionárias de transporte coletivo.

Art. 6º Às empresas concessionárias ou permissionárias compete conscientizar os seus empregados que atuam nos veículos de transporte coletivo, dos direitos das pessoas deficientes, instruindo-os a cumprirem as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Os motoristas e cobradores, sempre que necessário, deverão auxiliar as pessoas deficientes a embarcarem ou desembarcarem dos veículos.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com Entidades Representativas dos Deficientes Físicos, com vistas à concessão de transporte coletivo gratuito.

CAPÍTULO III

Da Infra-Estrutura Viária e de Terminais

Art. 8º O Executivo Municipal, com base em estudos de necessidade, promoverá:

I - o rebaixamento de meios-fios das calçadas, nos locais de travessia de vias, facilitará o acesso aos edifícios públicos da municipalidade, aos logradouros públicos e terminais de passageiros urbanos;

II - a regularização dos pisos das calçadas, conforme modelos ns. 2, 3 e 4 anexos;

III - a conservação da vegetação nos logradouros públicos, de modo a não dificultar a movimentação das pessoas deficientes, conforme modelo n. 5, anexo;

IV - estudos para a localização dos equipamentos públicos para que não atrapalhem as pessoas deficientes na sua locomoção ou travessia de vias, compatibilizando as dimensões dos mesmos para uso pelos deficientes, mesmo em cadeiras de rodas;

V - a observância de vãos livres nas calçadas com largura mínima, de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e altura mínima inferior das placas, sacadas ou quaisquer saliências projetadas sobre os passeios de 2,00 m (dois metros);

VI - criação de pontos de parada de veículos, para embarque/desembarque de deficientes físicos e sensoriais, devidamente sinalizados, junto aos grandes equipamentos comunitários;

VII - instituição de vagas especiais em estacionamentos públicos, devidamente sinalizados, para veículos de pessoas deficientes;

VIII - adoção nos projetos de terminais, estações e outras edificações de uso público de medidas que possibilitem a livre locomoção dos deficientes, com portas com largura necessária à passagem de cadeiras de rodas, rampas suaves, sanitários e elevadores adequados;

IX - possibilidade dos deficientes visuais determinarem com precisão a extensão de equipamentos, construindo um piso de 0,30 m (trinta centímetros) mais elevados, a fim de que os deficientes visuais fiquem alertados da existência dos mesmos. Concomitantemente, deverão ser apostas marcas, nos meios-fios e nos muros junto às calçadas a 0,50 m (cinquenta centímetros) dos postes de iluminação e de outros equipamentos, a fim de que os deficientes visuais se assegurem melhor da existência deles.

CAPÍTULO IV

Das Dimensões Ergonômicas Para Projetos

Art. 9º Visando à eliminação das dificuldades de circulação de pessoas deficientes nas vias públicas, apontada nos artigos precedentes, devem ser aperfeiçoados os estudos sobre as dimensões que devem ser adotadas experimentalmente no desenvolvimento dos projetos, conforme modelos ns. 6 e 7, anexos.

Parágrafo único. Tais dimensões poderão ser alteradas ou complementadas a partir da análise de sua eficiência e suficiência, posteriormente à implantação de projetos pilotos.

SEÇÃO I

Das Dimensões Necessárias à Locomoção dos Deficientes Físicos

Art. 10. Os espaços mínimos para locomoção dos deficientes físicos a serem adotados em projetos não poderão ser inferiores aos que constam dos modelos ns. 8, 9, 10, 11, 12 e 13, anexos.

Parágrafo único. Nas escadas ou rampas, estas deverão ser acompanhadas de corrimões com a altura de 0,80 m (oitenta centímetros).

SEÇÃO II

Da Velocidade de Locomoção do Deficiente Físico e do Deficiente Visual

Art. 11. Para o cálculo do tempo de circulação e travessia de vias, as velocidades mínimas de locomoção serão:

I - de 0,45 m/s (quarenta e cinco centímetros por segundo), para os deficientes físicos;

II - de 1,00 m/s (um metro por segundo), para os deficientes visuais.

CAPÍTULO V

Dos Critérios Para Projetos de Rebaixamento de Meios-Fios e Obras nas Calçadas

Art. 12. O rebaixamento dos meios-fios das calçadas não deverão constituir degraus, mantendo as rampas resultantes, declividade máxima de 6% (seis por cento), sendo toleradas inclinações máximas de 8% (oito por cento) somente nos casos em que as restrições físicas do local impossibilitem utilizar a declividade recomendada.

SEÇÃO I

Rebaixamento dos Meios-Fios nas Esquinas

Art. 13. O rebaixamento dos meios-fios nas esquinas deve ser feito na mesma largura das faixas de segurança, devendo existir um pequeno declive, como alerta, no início do mesmo.

§ 1º A largura da rampa deve ser em função da declividade adotada e da altura da guia.

§ 2º O trecho restante da calçada, plano e horizontal, deve ter uma largura máxima de 1,00 m (um metro).

§ 3º As rampas laterais, resultantes da acomodação do plano do piso da calçada com o plano do piso da rampa de acesso, devem ter a extensão de 1,00 m (um metro).

§ 4º No ponto de curvatura máxima deve ser colocado um obstáculo físico, a fim de desestimular o motorista de avançar sobre a calçada, nas convenções, devido à guia rebaixada, e auxiliar os deficientes visuais na determinação da área a ser utilizada para a travessia da via, conforme modelos ns. 14, 15, 16 e 17, anexos.

Art. 14. Nos casos em que não for possível a construção de rampa, conservando-se o trecho plano horizontal da calçada, com largura mínima de 1,00 m (um metro) para a circulação de pessoa deficiente, além do rebaixamento da guia, deve ser executado o rebaixamento total da calçada.

§ 1º Este rebaixamento deve ser feito na mesma largura da faixa de segurança, a partir do prolongamento da guia de cada aproximação, iniciando-se em cada uma das extremidades, uma rampa de acesso ao piso da calçada rebaixada ao piso existente, cuja declividade obedeça aos valores apresentados no artigo 13 desta Lei.

§ 2º Deverão ser adotadas, também neste caso, as disposições do § 4º, do artigo 13, desta Lei.

SEÇÃO II

Rebaixamento dos Meios-Fios no Meio da Quadra

Art. 15. O rebaixamento de guias no meio da quadra deve ser feito numa extensão de 4,00 m (quatro metros), obedecidas as demais condições descritas para o rebaixamento nas esquinas, conforme modelos ns. 18 e 19, anexos.

§ 1º Nos casos em que a largura da calçada não for suficiente para conter a rampa de acesso e o trecho horizontal da calçada no mínimo de 1,00 m (um metro), deve, além do rebaixamento da guia, ser executado o rebaixamento da calçada na extensão de 4,00 m (quatro metros).

§ 2º Em cada uma das extremidades do rebaixamento, deve ser construída uma rampa de acesso do piso da calçada rebaixada ao piso da calçada existente, cuja declividade obedeça aos valores apresentados no artigo 12 desta Lei.

§ 3º A largura desta rampa deve ser em função da declividade adotada e da altura da guia, conforme modelos ns. 20 e 21, anexos.

SEÇÃO III

Do Piso da Rampa

Art. 16. O piso das rampas, destinadas à utilização por pessoas deficientes, deverá ser de material antiderrapante.

SEÇÃO IV

Do Rebaixamento de Canteiros Centrais e Ilhas de Canalização

Art. 17. Quando uma faixa de travessia de pedestre, em cujas extremidades houver rebaixamento de guias, interceptar um canteiro central ou ilha de canalização, estas devem ser rebaixadas totalmente na largura da faixa de travessia, devendo ser mantida apenas uma declividade de 1% (um por cento) para escoamento das águas pluviais, conforme modelo n. 22, anexo.

Parágrafo único. Nos cruzamentos, esse rebaixamento terá sempre uma ilha anterior de proteção aos pedestres e particularmente aos deficientes, conforme modelo n. 23, anexo.

Art. 18. Em vias com caixa de rolamento cuja largura seja superior a 18,00 m (dezoito metros), sem canteiro central, deve ser viabilizada a instalação de refúgios devidamente

sinalizados, com o objetivo de oferecer segurança na travessia, conforme modelo n. 24, anexo.

SEÇÃO V

Das Obras na Calçada

Art. 19. As obras eventualmente existentes sobre a calçada devem ser convenientemente sinalizadas e protegidas.

§ 1º Para assegurar a fácil circulação de deficientes em cadeiras de rodas, a largura mínima destinada à circulação deve ser de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

§ 2º Caso o desvio seja feito pela pista de rolamento da via, deve ser providenciado o rebaixamento provisório da guia com a largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), conforme modelos ns. 25 e 26, anexos.

§ 3º Fica proibida a colocação de cavaletes, como sinalização de obras ou reserva de vagas de estacionamento nas calçadas e pistas de rolamento.

§ 4º Após a conclusão de obras nas calçadas, o responsável deverá providenciar imediatamente a retirada dos tapumes e a regularização do passeio, quando danificado.

CAPÍTULO VI

SEÇÃO I

Das Barreiras Arquitetônicas e/ou Outros

Art. 20. Todos os prédios públicos, multifamiliares e comerciais a serem edificados deverão ser acessíveis às pessoas deficientes, em todos os seus pavimentos.

§ 1º O dimensionamento das portas de entradas principais deve obedecer a uma altura mínima de 2,00 m (dois metros), e às seguintes larguras mínimas de seus vãos livres:

- a) 1,10 m (um metro e dez centímetros) para prédios de até 4 (quatro) pavimentos;
- b) 1,40 m (um metro e quarenta centímetros) para prédios com mais de 4 (quatro) pavimentos.

§ 2º A dimensão da porta de entrada das unidades residenciais, comerciais ou de serviço, deverá obedecer a uma altura de 2,00 m (dois metros) e uma largura mínima de 0,90 m, (noventa centímetros) de seus vãos livres, excetuando-se os prédios multifamiliares e comerciais.

§ 3º As larguras mínimas de portas previstas nos parágrafos precedentes, correspondem às medidas de seus vãos, livres, não estando computadas as espessuras de marcos e batentes.

SEÇÃO II

Locais Especiais em Entidades Recreativas

Art. 21. Os cinemas, teatros, estádios esportivos, entre outros estabelecimentos, deverão prever o acesso de pessoas deficientes, com espaços para espectadores em cadeiras de rodas de, no mínimo, 0,80 m x 1,25 m (oitenta centímetros por um metro e vinte e cinco centímetros).

Parágrafo único. Ficam reservados 2 (dois) lugares à permanência dessas pessoas nesses estabelecimentos, no mínimo.

SEÇÃO III

Das Facilidades Especiais

Art. 22. As escolas, asilos, hospitais e demais entidades congêneres devem, em especial, propiciar toda a facilidade de acesso em todas as suas dependências às pessoas deficientes.

Art. 23. Os prédios públicos, multifamiliares e comerciais deverão conter ainda:

- I - rampas de acesso com declividade máxima de 10% (dez por cento) e largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);
- II - nas escadas, existência de corrimão em pelo menos um lado e tratamento de piso diferenciado nos inícios das mesmas, para indicação, pelos deficientes visuais, da diferença de nível.

SEÇÃO IV

Da Higiene Pessoal

Art. 24. Em edificações com afluência de público, são obrigatórios sanitários especiais para pessoas deficientes.

§ 1º As portas de acesso aos banheiros devem ter 0,90 m (noventa centímetros) de vão livre e os aparelhos sanitários devem ser dispostos de forma a permitir o uso dos mesmos à circulação de uma cadeira de rodas com 0,80 m (oitenta centímetros) de largura e de 1,25 m (um metro e vinte e cinco centímetros) de comprimento, assegurando-se uma circulação geral com largura mínima de 0,95 m (noventa e cinco centímetros).

§ 2º O lavatório deve ser sem coluna, assegurando-se espaço livre sob o mesmo, ficando o plano horizontal determinando pela borda superior do lavatório a 0,82 m (oitenta e dois centímetros) acima do piso.

§ 3º O vaso sanitário deve ter o espaço livre à sua frente, necessário para a circulação de uma cadeira de rodas com as medidas no § 1º deste artigo, devendo ser colocadas nas paredes que as circundam, barras horizontais, de diâmetro entre 25 e 35 mm (vinte e cinco e trinta e cinco milímetros) a uma altura de 0,80 m (oitenta centímetros) do piso, afastadas 0,05 m (cinco centímetros) da parede.

§ 4º Os boxes devem ser providos de barras horizontais com as mesmas características das utilizadas junto ao vaso sanitário e devem ter espaços de acesso a uma cadeira de rodas acima descrita.

§ 5º O piso do sanitário deve ser de material antiderrapante.

Art. 25. As edificações com afluência de público deverão ter lavatórios, vasos sanitários e boxes para as pessoas deficientes, na proporção de 20 X 1 (vinte por um), garantida a existência mínima de 1 (um), separados por sexo.

SEÇÃO V

Da Acessibilidade a Equipamentos Contra Incêndio

Art. 26. Os equipamentos contra incêndio bem como os controles de alarme, devem ficar, no máximo a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) acima do assoalho.

Parágrafo único. Os sistemas de alarme de incêndio, quando ativados, devem dispor de dispositivos sonoros e luminosos, colocados em local de fácil audição e visão, para a compreensão de deficientes visuais e auditivos, respectivamente.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 27. Todas as obras, quer públicas ou particulares, que se iniciarem a partir da vigência desta Lei, deverão cumprir as normas estabelecidas.

Parágrafo único. As edificações públicas já existentes devem, dentro da viabilidade técnica, se coadunar com as normas desta Lei.

Art. 28. A inobservância do disposto neste texto legal sujeitará o infrator a pagar uma multa equivalente a 5 (cinco) valores de referência regional, no caso de pessoa jurídica, e de 1/5 (um quinto) deste total, na hipótese de pessoa física, por atuação feita sem prejuízo de demais cominações legais, sendo o prazo, entre uma fiscalização e outra, de 30 (trinta) dias.

§ 1º A reincidência da infração levará o comitente ou omitente a pagar a penalidade em dobro.

§ 2º A quantia, anualmente arrecadada, será distribuída, no 10º (décimo) dia útil do ano subsequente, a todas as entidades com personalidade jurídica de direito privado, que tratem de pessoas deficientes neste Município, desde que se habilitem, até 31 de dezembro de cada ano, à percepção de sua cota-parte.

Art. 29. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, regulamentando o Executivo, no que couber.

Cláudio Ávila da Silva

Prefeito do Município